

V Assembléia Plenária do FIPA

Congresso da República da Colômbia
19 a 21 de novembro de 2006

Relatório da Quinta Assembléia Plenária

Congresso da República

Bogotá, Colômbia

19 a 21 de novembro de 2006

Foro Interparlamentario de las Américas
Fórum Interparlamentar das Américas



Forum interparlementaire des Amériques
Inter-Parliamentary Forum of the Americas

ÍNDICE

1.	INTRODUÇÃO	5
2.	CERIMÔNIA DE ABERTURA	5
3.	PRIMEIRA SESSÃO DA ASSEMBLÉIA PLENÁRIA	6
3.1	Eleição do presidente da Quinta Assembléia Plenária.....	6
3.2	Relatório da presidenta do FIPA.....	6
3.3	Formação dos grupos de trabalho	7
3.4	Outros itens	8
4.	SESSÃO ESPECIAL DA ASSEMBLÉIA PLENÁRIA.....	8
5.	ÚLTIMA SESSÃO DA ASSEMBLÉIA PLENÁRIA	9
5.1	Relatórios dos grupos de trabalho.....	9
5.1.1	Grupo de trabalho n°1: comércio e integração	9
5.1.2	Grupo de trabalho n°2: a redução da pobreza	9
5.1.3	Grupo de trabalho n°3: a luta contra o tráfico de drogas	10
5.1.4	Grupo de Mulheres Parlamentares das Américas	10
5.2	Adoção das resoluções do Comitê Executivo	11
5.2.1	Resoluções de 1 a 9: Modificações ao Regulamento do FIPA	11
5.2.2	Resolução 10: Criação de um grupo de trabalho conjunto entre o FIPA e a COPA	12
5.2.3	Recomendação 1: Apoio à Convenção da UNESCO sobre a diversidade das expressões culturais	12
5.3	Eleição dos membros do Comitê Executivo para 2006 a 2008.....	12
5.4	Eleição do presidente do FIPA	13
5.5	Escolha do local da próxima Assembléia Plenária.....	13
5.6	Cerimônia de encerramento.....	13
6.	ANEXOS	15
6.1	Anexo 1 – Países e delegados participantes.....	15
6.2	Anexo 2 – Programa da Quinta Assembléia Plenária.....	18

6.3	Anexo 3 – Discurso da cerimônia de abertura	20
6.3.1	Discurso da Presidenta do FIPA, Céline Hervieux-Payette	20
6.4	Anexo 4 – Relatório anual da Presidenta do FIPA, Céline Hervieux-Payette	23
6.5	Anexo 5: Discurso do Presidente da República da Colômbia, Excelentíssimo Senhor Álvaro Uribe Vélez	27
6.6	Anexo 6 – Relatórios e recomendações dos grupos de trabalho	36
6.6.1	Grupo de Trabalho Nº. 1: Comércio e Integração	36
6.6.2	Grupo de Trabalho Nº. 2: Redução da Pobreza	40
6.6.3	Grupo de Trabalho Nº. 3: A Luta contra o Tráfico de Drogas	45
6.7	Anexo 7 – Recomendação do Grupo de Mulheres Parlamentares das Américas ..	51
6.8	Anexo 8 : Recomendação e resolução apresentadas pelo Comitê Executivo	56
6.8.1	Resolução 10: Criação de um grupo de trabalho conjunto entre o FIPA e a COPA	56
6.8.2	Recomendação 1: Apoio à convenção da UNESCO sobre a diversidade das expressões culturais	57
6.9	Anexo 9 : Regulamentos do FIPA atualizados em 21 de novembro de 2006	58
6.10	Anexo 10 : Composição do Comitê Executivo	68
6.11	Discurso da cerimônia de encerramento.....	69
6.11.1	Discurso da Presidenta do Congresso da República da Colômbia Dilian Francisca Torres	69
	AGRADECIMENTOS.....	73

1. Introdução

Por amável convite do Congresso da República da Colômbia, a V Assembléia Plenária do Fórum Interparlamentar das Américas (FIPA) foi realizada nos dias 19, 20 e 21 de novembro de 2006, em Bogotá.

Esse evento de peso reuniu mais de 80 parlamentares delegados oficiais de 19 países do continente americano e de duas organizações parlamentares regionais. *(Ver o Anexo 1 para uma lista dos países e dos delegados participantes)*

Por ocasião da primeira sessão plenária, a Assembléia constituiu três grupos de trabalho que se concentraram respectivamente no papel dos parlamentares nas políticas de comércio e de integração, na implantação de estratégias de redução da pobreza e na luta contra o narcotráfico. Além disso, o Grupo de Mulheres Parlamentares das Américas realizou a sua quarta reunião nos dias 20 e 21 de novembro.

2. Cerimônia de abertura



A sessão começou com a leitura de uma mensagem de boas-vindas da presidenta do Congresso, a senadora Dilian Francisca Toro Torres, seguida por uma alocução da senadora Nancy Patricia Gutiérrez Castañeda, representante da Colômbia no Comitê Executivo do FIPA. Esta última salientou os benefícios da cooperação interparlamentar regional e, em seguida, destacou a importância de cada um dos temas da ordem do dia do encontro: luta contra a pobreza, comércio e integração, luta contra o narcotráfico e igualdade de gênero.

A presidenta demissionária do FIPA, a senadora canadense Céline Hervieux-Payette, tomou a palavra em seguida para agradecer o Congresso colombiano por ter generosamente aberto suas portas para receber o evento. A sra. Hervieux-Payette fez primeiramente um resumo das realizações do Fórum nos planos político, econômico e social, salientando que se tratava do quinto aniversário da organização. A senadora, em seguida, exortou os parlamentos membros a vencer três grandes desafios nos próximos anos: trabalhar para fortalecer as competências dos legisladores no intuito de restaurar a confiança da população nas instituições legislativas; institucionalizar os vínculos de cooperação entre a Organização dos Estados Americanos (OEA) e as Cúpulas Interamericanas, e os parlamentos – por intermédio do FIPA–, e fazer frente comum, em escala continental, para combater as desigualdades e a pobreza nas Américas. Finalmente, incitou os participantes a promoverem em seus países a ratificação da Convenção sobre a proteção e a promoção da diversidade das expressões culturais da

Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura (UNESCO). *(Ver o Anexo 3 para o discurso da presidenta do FIPA)*

Depois do discurso da presidenta, o conferencista convidado e representante do Secretário Geral da OEA, o sr. Víctor Rico, dirigiu-se aos participantes. O sr. Rico, que dirige o Departamento da prevenção das crises e das missões especiais da OEA, compartilhou com os participantes seu ponto de vista sobre a situação da democracia na região. Ele observou que os cinco anos decorridos desde a adoção da Carta Democrática Interamericana foram, no final das contas, positivos com relação à democracia «eleitoral». No entanto, esse balanço não se traduziu, notou, por uma melhoria das condições socioeconômicas. Em conseqüência, impõe-se a necessidade de aprofundar a democracia e dar uma maior importância aos direitos econômicos e sociais. O representante da OEA destacou a pertinência dos temas de discussão escolhidos para essa Quinta Assembléia do FIPA e salientou, para terminar, o papel que os parlamentos regionais podem desempenhar na redução do déficit democrático.



3. Primeira sessão da Assembléia Plenária

Os trabalhos da Quinta Assembléia Plenária começaram oficialmente com o exame da ordem do dia, apresentada pela presidenta do FIPA, a senadora Céline Hervieux-Payette, e adotada pela Assembléia Plenária por unanimidade. *(Ver o Anexo 2 para o programa)*

3.1 Eleição do presidente da Quinta Assembléia Plenária

A senadora Hervieux-Payette presidiu em seguida à eleição do presidente da Quinta Assembléia Plenária. A senadora colombiana Nancy Patricia Gutiérrez Castañeda foi eleita por proposta do Brasil apoiada pelo Chile.

3.2 Relatório da presidenta do FIPA

A convite da senadora Gutiérrez Castañeda, a presidenta do FIPA apresentou o relatório anual das atividades do FIPA e dos trabalhos do Comitê Executivo.

A senadora Hervieux-Payette informou aos delegados que a missão do Grupo das Mulheres Parlamentares das Américas no Haiti havia sido um sucesso, permitindo intercâmbios aprofundados entre a delegação do FIPA, dezenas de candidatas às eleições e várias organizações de defesa dos direitos da mulher. Essa atividade teve por objetivo incentivar a participação de mulheres haitianas no processo eleitoral antes das eleições legislativas de 2006.

A presidenta relatou em seguida os progressos feitos com relação ao fortalecimento das relações entre o FIPA e as instituições interamericanas. Ela mencionou sua participação num

encontro com os ministros das Relações Exteriores da região, por ocasião da Quarta Cúpula das Américas, em Mar del Plata, e em reuniões com o Secretário Geral da Organização dos Estados Americanos, José Miguel Insulza, e com o presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Luis Alberto Moreno. A senadora Hervieux-Payette também indicou que teve a oportunidade de apresentar um balanço das realizações do Fórum perante o Conselho permanente da OEA. Finalmente, ela salientou os esforços empreendidos pelo Comitê Executivo para desenvolver um projeto de fortalecimento das competências para os parlamentares da região. Essa iniciativa permitiria aos legisladores ter mais oportunidades de melhorar suas competências e conhecimentos nos campos pertinentes a suas funções. (Ver o Anexo 4 para o texto do relatório da presidenta)

3.3 Formação dos grupos de trabalho

A senadora Gutiérrez, na qualidade de presidenta da V Assembléia Plenária, explicou a composição dos grupos de trabalho, constituídos da seguinte forma:

Grupo de trabalho nº 1 – Comércio e integração

- Presidente:* Sr. James Bezan, deputado (Canadá)
- Conferencista:* Sr. Paolo Giordano, Departamento da integração e dos programas regionais, Banco Interamericano de Desenvolvimento
- Relatora:* Sra. Sandra Ovalle García (Secretária de Comissão, Senado da Colômbia)

Grupo de trabalho nº 2 – A redução da pobreza

- Presidente:* Sr. Iván Moreira Barros, deputado (Chile)
- Conferencistas:* Sra. Ana Lucía Muñoz, Escritório do Banco Interamericano do Desenvolvimento na Colômbia
- Sra. Amelita Armit, vice-presidenta, programas, Centro parlamentar (Canadá)
- Relatora:* Sra. Isabel Jiménez Lozada (Senado da Colômbia)

Grupo de trabalho nº 3 – A luta contra o tráfico de drogas

- Presidenta:* Sra. Sandra Husbands, senadora (Barbados)
- Conferencista:* Sr. Sandro Calvani, representante da Organização das Nações Unidas contra a droga e o crime na Colômbia
- Relator:* Sr. Felipe Ortiz (Secretário de Comissão, Senado da Colômbia)

Por outro lado, a senadora Gutiérrez convidou os participantes, homens e mulheres, a participarem das duas sessões de trabalho do Grupo de Mulheres Parlamentares das Américas que serão realizadas em 20 e 21 de novembro de 2006, na parte da manhã.

3.4 Outros itens

Durante a primeira sessão da Assembléia Plenária, os participantes foram informados acerca dos procedimentos de candidatura para as eleições aos seguintes cargos:

- Presidência do FIPA
- Presidência do Grupo de Mulheres Parlamentares das Américas
- País anfitrião da VI Assembléia Plenária
- País membro do Comitê Executivo (um representante para cada sub-região)

Além disso, a Presidenta do FIPA lembrou que um documento contendo várias propostas de emendas ao Regulamento do FIPA tinha sido distribuído para cada participante e que tais propostas seriam examinadas pela Assembléia, por ocasião da última sessão plenária.

Os participantes dirigiram-se para seus grupos de trabalho respectivos, para as três sessões seguintes.

4. Sessão Especial da Assembléia Plenária



Uma sessão extraordinária da Assembléia Plenária foi realizada na segunda-feira, 20 de novembro de 2006, no salão plenário do Senado, em homenagem à vinda do presidente da República da Colômbia, o sr. Alvaro Uribe Vélez.

O sr. Uribe tomou a palavra depois das alocações da presidenta da Assembléia Plenária, a senadora Nancy Patricia Gutiérrez Castañeda, e da presidenta do FIPA, a senadora Céline Hervieux-Payette. Ele citou cada um dos temas da ordem do dia da assembléia.

O presidente descreveu primeiro as políticas implantadas pelo seu governo para integrar a Colômbia na economia mundial e se referiu mais particularmente às negociações em curso para concluir um acordo de livre comércio com os Estados Unidos. Disse estar preocupado pela falta de progresso do ciclo de Doha, particularmente no capítulo da agricultura.

Em seguida, o sr. Uribe compartilhou os objetivos e estratégias da Colômbia em matéria de redução da pobreza, fazendo menção de certos programas realizados para melhorar o acesso à educação de base, assim como o acesso das micro-empresas ao crédito.

Em último lugar, o presidente colombiano tratou dos problemas ligados à produção e ao tráfico de drogas no seu país, denunciando em particular os danos ecológicos causados pelas

culturas de plantas ilícitas. Ele apelou para a solidariedade dos países da região e para a cooperação internacional para lutar contra o narcotráfico.

A sessão terminou com um período de perguntas, dando lugar a intercâmbios substanciais com o presidente da Colômbia e os legisladores presentes. (*Ver o anexo 5 para o texto do discurso do presidente da República*)

5. Última sessão da Assembléia Plenária

A última sessão da V Assembléia Plenária do FIPA ocorreu na manhã de 21 de novembro de 2006, no salão plenário do Senado da Colômbia.

5.1 *Relatórios dos grupos de trabalho*

Os Presidentes dos grupos de trabalho apresentaram um resumo de suas deliberações e submeteram o relatório e as recomendações de seu grupo respectivo à Assembléia.

5.1.1 *Grupo de trabalho nº1: comércio e integração*

O grupo de trabalho sobre o comércio e integração foi presidido pelo deputado canadense James Bezan. Esse grupo de trabalho reuniu 16 parlamentares de nove países. Por ocasião da primeira sessão, os participantes assistiram à apresentação do economista do BID, sr. Paolo Giordano, intitulado «A pressão da globalização sobre as políticas relativas ao comércio e à integração: desafios e possibilidades para a América e o Caribe».

Após um período de debates, o grupo de trabalho adotou uma série de recomendações que incentivam os governos a retomar a agenda de integração das Américas e a continuar as negociações multilaterais do Ciclo de Doha, em particular no tocante à agricultura. Essas recomendações propõem ainda a adoção de políticas nacionais complementares que permitem aos países aproveitar oportunidades de se inserir no mercado internacional. Finalmente, os participantes recomendaram a criação de um fundo das Américas para facilitar a transição para um regime de comércio mais livre e uma integração mais profunda e salientaram a importância de implantar, paralelamente às políticas comerciais, programas para lutar contra a pobreza.

O relatório recebeu o aval da Assembléia Plenária, que adotou por unanimidade as recomendações do grupo de trabalho. (*Ver o Anexo 6 para o texto do relatório e das recomendações*)

5.1.2 *Grupo de trabalho nº2: a redução da pobreza*

O deputado chileno Iván Moreira Barros presidia o grupo de trabalho sobre a redução da pobreza que contava 38 parlamentares de quatorze países. A primeira sessão do grupo começou com apresentações das duas conferencistas convidadas. A apresentação da sra. Ana Lucía Muñoz, do Escritório do BID na Colômbia, tratava do problema da pobreza e da desigualdade na América Latina e no Caribe. A sra. Amelita Armit, do organismo canadense *The Parliamentary Centre* (O Centro Parlamentar), fez uma apresentação sobre a participação dos parlamentares no processo de implantação das estratégias de redução da pobreza.

Em seguida, os participantes trocaram diversos pontos de vista que serviram de fundamento à formulação de recomendações. Estas últimas incentivam os países membros a aumentar a eficiência de seus gastos sociais e fazer do emprego uma prioridade, bem como promover a

promulgação de leis transparentes em seus parlamentos para lutar contra a corrupção. O grupo recomenda também criar um grupo de trabalho dedicado ao estudo dos impactos dos encargos fiscais no desenvolvimento socioeconômico dos países membros.

Essas recomendações foram adotadas por unanimidade pela Assembléia Plenária. (*Ver o Anexo 6 para o texto do relatório e das recomendações*)

5.1.3 Grupo de trabalho nº3: a luta contra o tráfico de drogas

O grupo de trabalho sobre a luta contra o narcotráfico reuniu-se sob a presidência da senadora Sandra Husbands, de Barbados, com a participação de 13 parlamentares de 8 países. O sr. Sandro Calvani, representante do Escritório das Nações Unidas contra a droga e o crime (ONUDC) na Colômbia, havia sido convidado como conferencista na primeira sessão. Os participantes também puderam beneficiar-se da experiência de Rodolfo Llinas, do Escritório colombiano da ONUDC, por ocasião da segunda e terceira sessões.

As discussões do grupo de trabalho trataram dos aspectos econômicos, sociais e legais da luta anti-droga. Juntos, os participantes elaboraram uma série de recomendações que enfatizam a importância da educação e da prevenção, propondo a convocação de um fórum internacional para tratar do papel da mídia na formação de valores favoráveis à luta anti-droga. Do ponto de vista jurídico, o grupo recomenda a atualização para o conjunto das atividades ligadas ao narcotráfico. Ele propõe também examinar a possibilidade da criação de um tribunal internacional contra a droga. Finalmente, o grupo salienta a importância de melhorar a eficiência dos programas de substituição das culturas, levando em conta fatores tais como o acesso ao mercado e o transporte.

Essas recomendações foram adotadas por unanimidade pela Assembléia Plenária, com uma pequena alteração. (*Ver o Anexo 6 para o texto do relatório e das recomendações*)

5.1.4 Grupo de Mulheres Parlamentares das Américas



O Grupo de Mulheres Parlamentares das Américas reuniu-se pela quarta vez no salão plenário do Senado, reunindo parlamentares provenientes de doze países da região. A primeira sessão de trabalho foi dirigida pela senadora Céline Hervieux-Payette, presidenta ad interim – já que o cargo de presidente do grupo das mulheres estava vago. Esta última convidou os participantes a refletirem sobre várias propostas de projetos, inscrevendo-se no plano de ação do grupo. Ela também presidiu à eleição da nova presidenta do Grupo de Mulheres Parlamentares das Américas. A senadora colombiana Cecilia López Montañó foi eleita por

unanimidade aceitando a proposta da senadora Nancy Patricia Gutiérrez Castañeda, também da Colômbia.

Presidida pela senadora López Montañó, uma segunda sessão de trabalho foi realizada na manhã de 21 de novembro de 2006 para finalizar o plano de trabalho do grupo para 2007-2008. Esta última apresentou o plano de trabalho à Assembléia Plenária, que recomendou sua

adoção por unanimidade. (A « *Recomendação para a implantação do plano de trabalho 2007-2008 do Grupo de Mulheres Parlamentares das Américas* » encontra-se no Anexo 7)

5.2 Adoção das resoluções do Comitê Executivo

Após examinar os relatórios dos grupos de trabalho, a Assembléia Plenária refletiu sobre uma série de resoluções apresentadas pelo Comitê Executivo do FIPA.

5.2.1 Resoluções de 1 a 9: Modificações ao Regulamento do FIPA

A convite da presidenta da V Assembléia Plenária, a presidenta do FIPA apresentou à Assembléia Plenária nove projetos de resolução, visando trazer modificações ao Regulamento do FIPA. Entre as emendas propostas, uma das mais importantes consistia em alterar a composição do Comitê Executivo para incluir a presidenta do Grupo de Mulheres Parlamentares das Américas assim como a ex-presidenta do FIPA. Os projetos de resolução foram examinados como segue:

- *Projeto de resolução visando modificar o Regulamento do FIPA para apoiar a Carta Democrática Interamericana: adotado; o representante da Assembléia Nacional Cubana indicou que seu país não era signatário da Carta Democrática Interamericana.*
- *Projeto de resolução visando modificar o Regulamento do FIPA referente à organização da Assembléia Plenária: adotado por unanimidade.*
- *Projeto de resolução visando modificar o Regulamento do FIPA para fazer do Grupo de Mulheres Parlamentares das Américas um grupo de trabalho permanente do FIPA: adotado por unanimidade, após uma modificação proposta pela delegação de Trinidad e Tobago.*
- *Projeto de resolução visando modificar o Regulamento do FIPA relativo à Assembléia Plenária: adotado por unanimidade.*
- *Projeto de resolução visando modificar o Regulamento do FIPA relativo à composição, às funções e às reuniões do Comitê Executivo do FIPA: adotado por unanimidade, após uma modificação proposta pela delegação de Trinidad e Tobago.*
- *Projeto de resolução visando modificar o Regulamento do FIPA relativo ao Secretariado Técnico: adotado por unanimidade.*
- *Projeto de resolução visando modificar o Regulamento do FIPA relativo aos grupos de trabalho: adotado por unanimidade.*
- *Projeto de resolução visando modificar o Regulamento do FIPA relativo aos procedimentos da Assembléia Plenária: adotado por unanimidade.*
- *Projeto de resolução visando modificar a apresentação do Regulamento do FIPA: adotado por unanimidade.*

(Ver o Anexo 9 para uma versão do Regulamento do FIPA, elaborada em 21 de novembro de 2006.)

5.2.2 Resolução 10: Criação de um grupo de trabalho conjunto entre o FIPA e a COPA

A senadora Hervieux-Payette apresentou, em nome do Comitê Executivo, um projeto de resolução visando à criação de um grupo de trabalho conjunto entre o FIPA e a Confederação Parlamentar das Américas (COPA).

O projeto de resolução recebeu o apoio de delegados do Canadá e do México e foi adotado por unanimidade, sob proposta da delegação de Trinidad e Tobago.

O grupo terá a incumbência de promover o intercâmbio de informações, de examinar as estruturas mais apropriadas, em vista de uma possível integração das duas organizações, e de propor um plano de ação para tanto. A resolução incita também as duas organizações a se convidarem mutuamente para suas respectivas atividades. *(Ver o Anexo 8 para o texto da Resolução 10)*

5.2.3 Recomendação 1: Apoio à Convenção da UNESCO sobre a diversidade das expressões culturais

A presidenta do FIPA apresentou à Assembléia um projeto de recomendação visando incentivar a ratificação e a implantação da Convenção sobre a proteção da diversidade das expressões culturais, adotada pela UNESCO em outubro de 2005.

A Assembléia Plenária adotou a recomendação de forma unânime. *(Ver o Anexo 8 para o texto da Recomendação 1)*

5.3 Eleição dos membros do Comitê Executivo para 2006 a 2008

As delegações de cada uma das sub-regiões do FIPA representadas na Assembléia elegeram o país que as representará junto ao Comitê Executivo de 2006 a 2008 da seguinte forma:

- Por proposta da delegação do México, o Canadá foi reeleito como representante da América do Norte.
- Por proposta da delegação de Barbados, Trinidad e Tobago foi eleito para representar o Caribe, substituindo Barbados.
- Por proposta do Chile, a Colômbia foi eleita para representar a América do Sul, substituindo o Paraguai.
- Finalmente, a República Dominicana foi eleita para suceder Honduras como país representante da América Central no Comitê Executivo.

(A composição do Comitê Executivo para 2006-2007 encontra-se no Anexo 10)

5.4 Eleição do presidente do FIPA



A delegação do Chile, apoiada pela do México, propôs que o deputado brasileiro Luiz Carlos Haully seja eleito presidente do FIPA. Este último foi eleito por aclamação para ocupar a presidência de 2006 a 2008.

Convidado a discursar para a Assembléia, o sr. Haully homenageou a presidenta demissionária, notando a competência com que ela dirigiu a organização nos últimos cinco anos. O deputado brasileiro lembrou seu compromisso de longa data com o FIPA como participante da assembléia inaugural do Fórum, em 2001, e depois como membro do Comitê Executivo, de 2002 a 2005, e anfitrião da IV Assembléia

Plenária. Afirmou estar honrado pela confiança e determinado a enfrentar os desafios emergentes, em particular o de trabalhar para uma integração eventual do FIPA e da COPA para uma «América unida, livre de barreiras e desigualdades».

5.5 Escolha do local da próxima Assembléia Plenária

A delegação da República Dominicana manifestou seu desejo de fazer consultas internas quanto à possibilidade de ser anfitriã da VI Assembléia Plenária. A Assembléia Plenária aceitou aguardar a resposta do Congresso Dominicano. Outras ofertas serão examinadas pelo Comitê Executivo, caso a República Dominicana não possa ser anfitriã do evento.

5.6 Cerimônia de encerramento



A presidenta do Congresso Colombiano, a senadora Dilian Francisca Toro Torres, dirigiu-se aos participantes, por ocasião da V Assembléia do FIPA.

Ela lembrou aos participantes que os Congressos tinham um papel importante no processo de desenvolvimento econômico e social de seu país. Ela convidou os líderes políticos a fazerem da luta contra a pobreza um tema transversal nas políticas públicas, uma responsabilidade com a qual os legisladores devem contribuir não somente pelo desenvolvimento de legislação e o voto do orçamento, mas também exercendo uma

vigilância permanente das políticas públicas e de investimento social. Ela também fez questão de incentivar os líderes políticos – homens e mulheres – a implantarem mais políticas públicas destinadas a promover a igualdade de gênero.

Antes do encerramento da Assembléia, a senadora Toro Torres presidiu uma cerimônia protocolar, durante a qual ela deu à presidenta demissionária do FIPA, a senadora canadense Céline Hervieux-Payette, a Ordem mais elevada do Congresso da Colômbia – El Grado de Gran Cruz con Placa de Oro – como reconhecimento pelo trabalho realizado em benefício da amizade e da cooperação entre os povos.

Mostrando-se profundamente emocionada pela honra recebida, a senadora Hervieux-Payette reiterou seus agradecimentos ao Congresso da Colômbia e à senadora Nancy Patricia Gutiérrez, pela qualidade da organização e pelas marcas de hospitalidade recebidas.

Os trabalhos da V Assembléia Plenária foram oficialmente encerrados. *(O discurso de encerramento da presidenta do Congresso está no Anexo 11)*

* * * * *



Participantes da V Assembléia Plenária do FIPA

6. Anexos

6.1 Anexo 1 – Países e delegados participantes

DELEGADOS

Presidente do FIPA

Senadora Céline Hervieux-Payette (Canadá)

Antígua e Barbuda

Senadora Gail Christian
Deputado Lenworth Johnson

Barbados

Senadora Sandra Husbands

Bolívia

Deputada Elsa María Guevara Aguirre

Brasil

Senador Marcelo Crivella
Deputado Luiz Carlos Jorge Haulý (Presidente eleito do FIPA 2006-2008)

Canadá

Senador Marcel Prud'homme
Senadora Nancy Ruth
Deputado James Bezan
Deputado Larry Miller
Deputado Mario Silva
Deputado Ljubomir Temelkovski

Chile

Senador Cristián Monckeberg Bruner
Senador Sergio Fernando Romero Pizarro
Senador Adolfo Zaldívar
Deputado Sergio Andres Correa de la Cerda
Deputado Fidel Edgardo Espinoza Sandoval
Deputado Iván Moreira Barros
Deputado Carlos Olivares
Deputado Eugenio Tuma Zedán

Colômbia

Senadora Dilian Francisca Toro Torres (Presidente do Congresso da Colômbia)
Representante Alfredo Cuello (Presidente da Câmara dos Representantes da Colômbia)
Senador Antonio Guerra
Senadora Nancy Patricia Gutiérrez Castañeda (Presidente da V Assembléia Plenária)
Senadora Alejandra Moreno Piraquive

Senadora Cecilia López Montaña
Senadora Gloria Ramírez
Senadora Martha Lucía Ramírez
Senador Juan Carlos Restrepo Escobar
Representante Luis Enrique Dussan López

Cuba

Deputado Tubal Páez Hernández

Domínica

Deputado Ronald Toulon

El Salvador

Deputado Carlos Alfredo Castañeda Magaña
Deputado Jesús Manuel Gutiérrez
Deputado Julio Cesar Portillo Baquendano

Ecuador

Deputado Wilfrido Lucero Bolaños (Presidente do Congresso do Ecuador)
Deputado Rafael Dávila
Deputada Myriam Peralta Solorza

Granada

Senadora Ingrid Rush

Haiti

Deputada Marie Jossie Étienne
Deputado Ronald Larêche
Deputado Gérard Théràmène

México

Senadora Gabriela Aguilar García
Senador Rene Arce Islas
Senador Francisco Xavier Berganza Escorza
Senador Ricardo García Cervantes
Senador Jorge Andrés Ocejo Moreno
Senador Rogelio Humberto Rueda Sánchez
Deputada Margarita Arenas Guzmán
Deputado Alfonso Othón Bello Pérez
Deputada Beatriz Pages Rebollar
Deputado Miguel Angel Peña Sánchez
Deputado Luis Fernando Rodríguez Ahumada
Deputado Salvador Ruiz Sánchez
Deputada Ruth Salgado Zavaleta

República Dominicana

Senador Juan Roberto Rodríguez Hernández
Deputado Bernardo Colón

Deputada Nancy Altagracia Santos
Deputada Gladys Sofía Azcona
Deputada María Estela de la Cruz
Deputado Juan Maldonado
Deputado Lupe Nuñez
Deputada Myrtha Pérez
Deputado Plutarco Pérez
Deputado Aridio Reyes
Deputada Digna Reynoso
Deputada María Sánchez
Deputada Gladis Mercedes Soto

Suriname

Deputada Socila Angoelal
Deputado Mahinderkoemar Jogi
Deputado Theodorus Vishnudatt

Trinidad e Tobago

Senador Danny Montano
Senadora Dana Seetahal
Deputado Stanford Callender
Deputada Kamla Persad-Bissessar
Deputado Manohar Ramsaran
Deputado Kenneth Valley

Uruguai

Senadora Susana Elida Dalmás Garcen

Venezuela

Deputado Hayden Owando Pirela Sánchez

OBSERVADORES ESPECIAIS

Parlamento andino

Luis Duque García (Presidente)

Confederação Parlamentar das Américas

Deputada Maria José Maninha (Congresso Nacional do Brasil)
Deputado Pierre Moreau (Assembléia Nacional do Quebec)

SECRETARIADO DO FIPA

Cora Capurro
Emmanuelle Pelletier
Sabra Ripley

6.2 Anexo 2 – Programa da Quinta Assembléia Plenária



FIPA/PA/2006/PRGrev.6/p



V Assembléia Plenária Congresso da Colômbia Bogotá, 19 a 21 de novembro de 2006

PROGRAMA			
Sábado, 18 de novembro de 2006			
Tarde	Chegada dos participantes Traslado do Aeroporto Internacional El Dorado ao Hotel Tequendama Apresentação de documentos <i>Hotel Tequendama Intercontinental Bogotá</i>		
16:00 – 18:00	Reunião do Comitê Executivo do FIPA (<i>Exclusivo para membros do Comitê Executivo</i>) <i>Hotel Tequendama Intercontinental Bogotá – Salón Bolívar</i>		
19:00 – 21:00	Jantar do Comitê Executivo do FIPA (<i>Exclusivo para membros do Comitê Executivo</i>) <i>Restaurante Casa San Isidro, Cerro de Monserrate</i>		
Domingo, 19 de novembro de 2006			
10:00	Partida do lobby do hotel para o Congresso da Colômbia		
10:15 – 11:00	Inscrição dos participantes e apresentação de documentos <i>Capitólio, primeiro andar (de frente ao Salón Elíptico)</i>		
11:00 – 11:30	Sessão Solene de Abertura da Assembléia Plenária <i>Capitólio, Salón Elíptico</i> - Palavras de abertura <i>Senadora Nancy Patricia Gutiérrez Castañeda</i> - Palavras da Presidenta do FIPA <i>Senadora Céline Hervieux-Fayette</i>		
11:30 – 12:00	Palestrante convidado - Apresentação do representante do Secretário Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA) <i>Sr. Victor Rico, Departamento de Prevenção de Crises e Missões Especiais, Subsecretaria de Assuntos Políticos da OEA</i>		
12:00 – 12:15	Intervalo		
12:15 – 12:45	Primeira sessão da Assembléia Plenária <i>Capitólio, Salón Elíptico</i> - Adoção da agenda - Eleição do Presidente da V Assembléia Plenária - Relatório anual da Presidenta do FIPA - Formação e instalação dos grupos de trabalho - Consideração de outros assuntos		
12:45 – 13:00	Fotografia oficial <i>Escadas do Capitólio</i>		
13:00 – 14:30	Almoço – Oferecido pelo Comitê Diretor do Congresso da Colômbia Apresentação "Colômbia é Paixão" <i>Salón de la Constitución</i>		
14:30 – 18:00	Sessões dos Grupos de Trabalho - Apresentações dos especialistas e início dos debates		
	Grupo 1 Comércio e integração <i>Sala: Comisión 1ª Senado (Capitólio)</i>	Grupo 2 Redução da pobreza <i>Sala: Salón Boyaca (Capitólio)</i>	Grupo 3 Tráfico de drogas <i>Sala: Comisión 2ª Senado (Edifício Novo do Congresso)</i>
	Volta ao hotel e jantar livre		



Segunda-feira, 20 de novembro de 2006	
8:30	Partida do lobby do hotel (apenas participantes do Grupo de Mulheres)
9:00 – 10:30	IV Reunião do Grupo de Mulheres Parlamentares das Américas (1ª Sessão) (Café da manhã será servido) - Relatório anual e eleição para a presidência <i>Sala: Recinto del Senado (aberta a todos os participantes)</i>
10:00	Partida do lobby do hotel (todos os demais participantes)
10:30 – 12:00	Sessões dos Grupos de Trabalho - Continuação dos debates - Elaboração das recomendações
	Sessão Especial da Assembléia Plenária <i>Sala: Recinto del Senado</i> - Discurso da Presidenta do Senado da Colômbia <i>Senadora Dilian Francisca Toro</i> - Discurso do Presidente da Câmara dos Representantes da Colômbia <i>Representante Alfredo Cuello Baute</i> - Discurso do Presidente da República da Colômbia <i>Álvaro Uribe Vélez</i>
13:00 – 14:00	Almoço – Oferecido pelo Congresso da Colômbia <i>Salón de la Constitución</i>
14:00 – 17:30	Sessões dos Grupos de Trabalho - Finalização das recomendações - Aprovação do relatório final a ser apresentado à Assembléia Plenária
19:00	Partida do lobby do hotel para a recepção oferecida pelo Embaixador do Canadá
19:00 – 21:30	Recepção - Oferecida pela Presidenta do FIPA, Céline Hervieux-Payette, e pelo Embaixador do Canadá na Colômbia, Matthew Levin <i>Residência Oficial, Carrera 12 # 91-24, Bogotá</i>
Terça-feira, 21 de novembro de 2006	
8:00	Partida do lobby do hotel (apenas participantes do Grupo de Mulheres)
8:30 – 9:30	IV Reunião do Grupo de Mulheres Parlamentares das Américas (2ª Sessão) (Café da manhã será servido) - Continuação dos debates e aprovação do relatório final <i>Capitólio, Recinto del Senado (aberta a todos os participantes)</i>
9:00	Partida do lobby do hotel (todos os demais participantes)
9:30 – 12:00	Segunda Sessão da Assembléia Plenária <i>Capitólio, Recinto del Senado</i> - Apresentação dos relatórios dos Grupos de Trabalho e consideração das recomendações - Consideração das propostas de emenda dos regulamentos do FIPA - Eleição dos novos membros do Comitê Executivo - Eleição para a presidência do FIPA - Eleição do país sede da VI Assembléia Plenária - Encerramento
12:00 – 12:30	Conferência de imprensa do Comitê Executivo <i>Capitólio, Salón Boyaca</i>
12:30 – 14:00	Reunião do novo Comitê Executivo do FIPA <i>Capitólio, Recinto del Senado</i>
14:00 – 17:00	Almoço oferecido pelo Congresso da Colômbia <i>Hotel Tequendama</i> Visita ao Museu Nacional da Colômbia

6.3 Anexo 3 – Discurso da cerimônia de abertura

6.3.1 Discurso da Presidenta do FIPA, Céline Hervieux-Payette

Original : Francês

Prezados Colegas das Américas,

É para mim uma honra encontrar-me entre os senhores aqui neste país que, por si só, oferece tão rica amostra da diversidade e riqueza cultural, artística e patrimonial das Américas, em ocasião da Quinta Assembléia Plenária do Fórum Interparlamentar das Américas (FIPA). Agradeço muito ao Congresso da Colômbia por nos receber neste recinto.

Este ano marca o quinto aniversário do FIPA e, portanto, acredito que esta assembléia reveste-se de especial importância.

Alguns dos senhores foram eleitos nos últimos meses, sendo esta a primeira vez que participam da assembléia do FIPA. O FIPA foi uma iniciativa nascida da necessidade dos legisladores de todo o continente americano de terem um lugar de reunião onde se pudessem ouvir as vozes dos povos que representamos no processo de integração interamericana.

A iniciativa foi apoiada pela Organização dos Estados Americanos, que facilitou a realização da assembléia inaugural do FIPA em Ottawa em 2001, poucos dias antes da III Cúpula das Américas na Cidade de Quebec. Ela também teve o apoio dos chefes de Estado e de Governo dos países do continente que, na Cidade de Quebec, reconheceram em seu plano de ação o potencial do FIPA como um promissor instrumento de debate e cooperação no âmbito legislativo.

É uma recompensa em si ver tantos reunidos aqui hoje, cheios de entusiasmo e prontos para empreender a tarefa iniciada há cinco anos.

Entretanto, a nossa verdadeira recompensa está em ver que nossa tarefa tem dado frutos.

Há um ano, em ocasião da IV Cúpula das Américas em Mar del Plata, eu fui convidada para apresentar um relatório aos ministros de relações exteriores da região sobre os avanços obtidos pelo FIPA no período 2001 - 2005.

A reunião ofereceu uma oportunidade de demonstrar aos governos do hemisfério ocidental que o FIPA havia cumprido sua promessa de ser um fórum de ação, contribuindo para avanços alcançados nos três principais pontos do plano de ação das Cúpulas das Américas: o fortalecimento da democracia, a criação de prosperidade e o desenvolvimento do potencial humano.

Ficou evidente a relevância do FIPA, não somente em decorrência das nossas assembléias anuais e dos debates no Parlamento Virtual das Américas, mas também devido à nossa capacidade de enfrentar os desafios que surgiram no hemisfério durante este período, conforme necessário.

No âmbito político, o FIPA respondeu às preocupações dos governos a respeito da crescente ameaça do terrorismo com a criação de um grupo de trabalho. Já houve três reuniões do grupo de trabalho em busca de uma resposta legislativa ao problema que seja compatível com o respeito aos direitos humanos. O FIPA é um dos promotores mais tenazes da Convenção Interamericana contra o Terrorismo, atualmente com 21 Estados Partes e ratificada por nove parlamentos desde a nossa última assembléia realizada em Brasília.

Empreendemos um trabalho árduo em prol do fortalecimento dos princípios arraigados na Carta Democrática, solicitando o respeito pelas instituições democráticas no Haiti, na Nicarágua e aqui na Colômbia, entre outros países, em diferentes oportunidades.

Na área das relações econômicas e comerciais, o FIPA fez tudo ao seu alcance para obter maior reconhecimento do papel exercido pelos parlamentares como intermediários entre os governos e seus povos no processo de integração regional e hemisférica. Estes esforços tiveram boa aceitação dos representantes de alguns governos que concordaram em dialogar com os membros do Comitê Executivo durante a reunião ministerial sobre a Área de Livre Comércio das Américas em Miami em 2003.

Entretanto, cientes de que a integração econômica, por si só, não é suficiente para melhorar o nível de vida de todos os povos das Américas, fizemos do FIPA uma plataforma de debate e análise de políticas sociais, além de um instrumento para a promoção da igualdade entre o homem e a mulher. Mais uma vez, os resultados falam por si: entre 2001 e 2006, o percentual de mulheres parlamentares na nossa região aumentou de 15,3% para 21,4%, superando em aproximadamente 5 pontos a média mundial.

Estes exemplos revelam a grande força do FIPA, que a meu modo de ver decorre da sua abertura, flexibilidade e capacidade de evoluir para responder aos novos desafios que enfrentamos.

Aproveito a oportunidade para abrir um parêntese e anunciar que, durante a Assembléia, dedicaremos a nossa atenção a uma série de propostas de modificações aos regulamentos do Fórum, no intuito de refletir a evolução da organização desde 2001.

E ainda haverá outras mudanças. De fato, o Fórum hoje inicia uma nova fase na sua história precoce: dentro de dois dias, a Assembléia Plenária elegerá um novo presidente, que contribuirá com novas idéias e energia para enfrentar estes desafios.

Vejo três grandes desafios:

- Primeiramente, devemos dedicar ainda mais esforços para reforçar nossas aptidões como legisladores e tornar o FIPA uma instituição voltada para o aprendizado, com o intuito de permitir que os povos das Américas recuperem a confiança em suas instituições legislativas. Portanto, saúdo a presença dos representantes aqui presentes do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e do Escritório das Nações Unidas contra Drogas e Crime (UNODC), que acompanharão nossos grupos de trabalho durante os próximos dias e contribuirão ao debate com os seus conhecimentos.
- Em segundo lugar, acredito ser necessário institucionalizar os laços de cooperação entre a OEA, o processo de Cúpulas das Américas e o FIPA, e obter dos governos da região reconhecimento formal como organização parlamentar associada plenamente à OEA e ao processo de Cúpulas.

Em abril passado, durante uma viagem a Washington D.C., meus colegas do Comitê Executivo e eu testemunhamos perante o Conselho Permanente da OEA a vontade do FIPA de estreitar estes laços. Isto significa que desejamos institucionalizar a presença do FIPA nos eventos interamericanos. No entanto, significa, sobretudo, que devemos trabalhar ininterruptamente e de forma complementar para obter avanços em questões regionais prioritárias e defender a causa democrática.

Sinto grande alegria ao ver aqui a delegação de Trinidad e Tobago. Para nós será crucial contar com o seu apoio, em seu caráter de legisladores do país anfitrião da próxima Cúpula em 2009.

- Por último, para todos aqui reunidos, o maior desafio é a superação das nossas divergências e a união da grande família das Américas da qual fazemos parte para trabalhar na redução das profundas desigualdades sociais que caracterizam a nossa região, a fim de que os nossos povos – homens, mulheres, crianças, minorias – tenham um melhor nível de vida.

O futuro da nossa região se lavra primeiramente respeitando as nossas diferenças e compreendendo que a riqueza do nosso continente provém desta diversidade manifesta nos nossos idiomas, nossas crenças, nossos trajetos históricos, nossos modos de vida...

Como símbolo da nossa vontade, peço a todas as assembléias legislativas aqui representadas para se comprometer, em ocasião desta Quinta Assembléia, a utilizar todos os meios ao seu alcance para que a Convenção da UNESCO sobre a Proteção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais seja ratificada e entre em vigor em seus países. Dizer «não» à uniformização, mas «sim» à cooperação é uma promessa de paz para a nossa região.

Nos próximos dias, os senhores serão convidados a examinar três assuntos cruciais: a luta contra o narcotráfico, as políticas complementares à abertura comercial e as estratégias de luta contra a pobreza – um programa que, neste ano, demonstra também o equilíbrio que o Foro busca entre a cooperação política, a cooperação econômica e a cooperação social.

Eu os convido a pôr mãos à obra, trocar idéias e experiências e aproveitar os diferentes pontos de vista para encontrar, com espírito fraternal, soluções inovadoras que permitam que os Parlamentos de seus respectivos países saiam enriquecidos deste exercício.

Não poderia terminar sem expressar os meus mais sinceros agradecimentos a todas as instituições que contribuíram com apoio administrativo, técnico e financeiro para o crescimento do Fórum durante estes anos – a Organização dos Estados Americanos, o Centro Parlamentar, a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe e outros organismos das Nações Unidas, o Instituto para a Conectividade das Américas – para citar apenas alguns. Agradeço muito especialmente o governo canadense pelo permanente apoio prestado durante toda a minha presidência.

Por último, apresento os meus mais expressivos agradecimentos aos Parlamentos das Américas, aos meus colegas do Comitê Executivo e a todos os senhores que me concederam o privilégio de presidir esta organização durante cinco anos. Sem a sua participação, esta aventura não teria sido possível.

Senadora Nancy Patricia Gutiérrez e prezados colegas colombianos: muito nos honra a recepção que nos foi dada, testemunha da amizade e da cordialidade do povo colombiano.

6.4 Anexo 4 – Relatório anual da Presidenta do FIPA, Céline Hervieux-Payette

Original : Francês

Prezados colegas,

Passaram-se vários meses desde o nosso último encontro em Brasília. Como sabem, este período foi marcado pela renovação das assembleias legislativas em mais da metade dos países da região e também por um acontecimento hemisférico de suma importância - a IV Cúpula de Chefes de Estado e de Governos das Américas - realizado em Mar del Plata, Argentina, há pouco mais de um ano.

O ano do FIPA acompanhou estes acontecimentos. Apesar da partida de vários de nossos colegas do Comitê Executivo, que abandonaram a política, nós redobramos nossos esforços para consolidar o lugar do Fórum dentro do sistema interamericano e iniciamos os trâmites necessários para a implementação de uma rede de formação dentro do FIPA a serviço dos parlamentares da região.

A missão no Haiti e o Grupo de Mulheres Parlamentares

Entretanto, permitam-me começar fazendo referência a um dos mais notáveis projetos realizados pelo Fórum: a visita que realizamos em setembro de 2005 no Haiti com Margarita Stolbizer, presidente do grupo de mulheres parlamentares das Américas na época, a deputada e ministra de Granada Yolande Bain-Joseph e a senadora mexicana Silvia Domínguez.

O objetivo da missão era simples: estimular a participação das mulheres haitianas no processo eleitoral, como eleitoras e como candidatas.

Durante três dias em Porto Príncipe e nas províncias, tivemos a oportunidade de estar com dezenas de representantes de organizações da sociedade civil, dirigentes de partidos políticos, eleitores e, sobretudo, dezenas de mulheres de diferentes partidos, candidatas nas eleições legislativas e municipais.

Trocamos experiências como mulheres na política e falamos de nossas estratégias de campanha eleitoral. Tivemos a oportunidade de nos reunirmos com o grupo de candidatas da "Rede de Mulheres Candidatas Para Vencer" que, apesar de serem de diferentes afiliações políticas, uniram-se em torno do objetivo comum de incrementar o espaço das mulheres no parlamento e promover um programa comum voltado para a igualdade de gênero.

O processo eleitoral foi um sucesso. As mulheres representaram cerca da metade dos eleitores. No entanto, os resultados da eleição legislativa haitiana (menos de 3% de mulheres entre os deputados eleitos) mostram que ainda há um longo caminho a percorrer para alcançar verdadeira igualdade no poder e que nós, homens e mulheres na política, devemos envidar maiores esforços para ajudar nossas irmãs que desejam se lançar na política a atingirem seu objetivo.

O Grupo de Mulheres Parlamentares deu prosseguimento à implementação do plano de trabalho baseado nas recomendações feitas durante as reuniões realizadas nos fóruns regionais em Barbados, Buenos Aires e durante a última reunião em Brasília. Em particular, lançamos há alguns meses um projeto de «amadrinhamento» para estreitar vínculos entre parlamentares com experiência e mulheres que entraram recentemente na política.

Teremos a oportunidade de discutir este projeto em mais detalhe durante as sessões do Grupo de Mulheres Parlamentares das Américas. Estimulo a participação de todos, homens e mulheres, nestas sessões.

Fortalecimento das Aptidões

Composto dos representantes de Barbados, Canadá, Chile, Colômbia, Granada, Guatemala, Honduras, México e Paraguai neste ano, nosso Comitê Executivo se reuniu em duas ocasiões: primeiro em novembro de 2005 na cidade de Guatemala, onde fomos recebidos generosamente pelo deputado Gudy Rivera Estrada, e posteriormente em Washington D.C., em abril de 2006, quando podemos utilizar excepcionalmente as instalações do Banco Interamericano de Desenvolvimento.

Em particular, durante os encontros, advertimos na necessidade e na importância de fortalecer as aptidões dos dirigentes de norte a sul. Os números são alarmantes: no levantamento realizado pela LatinoBarometro em 2005, menos de 30% da população dos países incluídos tinham confiança em seus legisladores.

Como eu já disse em diferentes oportunidades, nós não nascemos legisladores. Portanto, parece ser necessário encontrar formas de fortalecer nossas capacidades para cumprir com eficácia as funções complexas que nos são confiadas. Com este propósito, iniciamos nos últimos meses conversações com o Banco Interamericano de Desenvolvimento.

O senhor Sergio Diaz Granados, ex-representante deste congresso e membro do nosso Comitê Executivo, reuniu-se primeiramente com o presidente do Banco, Luis Alberto Moreno, em novembro de 2005 para lhe informar sobre nosso interesse em fortalecer a cooperação entre as duas instituições. Eu tive o prazer de me reunir com o senhor Moreno em março passado com o propósito de solicitar a colaboração do Banco para a Assembléia Plenária.

Estes encontros se concretizaram na realização da 14^o reunião do Comitê Executivo na sede do BID em Washington, durante a qual mantivemos um diálogo franco com vários especialistas que trabalham em projetos de fortalecimento do poder legislativo em diferentes regiões das Américas. É graças ao senhor Moreno que contaremos com a presença de representantes do BID em dois de nossos grupos de trabalho durante os próximos dias.

Esperamos que estes esforços levem à implementação, nos próximos meses, de uma rede de formação para os parlamentares e as parlamentares das Américas – uma iniciativa que contará, espero, com a colaboração do Banco Interamericano, do Centro Parlamentar e de outras instituições regionais.

Promoção e Consolidação

Nossos esforços para consolidar o espaço do FIPA como organização associada às instituições interamericanas se traduziram evidentemente na apresentação aos chefes de Estado e de governo das recomendações adotadas em Brasília pela Assembléia Plenária voltada para o trabalho e o emprego, sendo este o tema da IV Cúpula das Américas.

Nossos esforços também incluíram a continuação de tarefas que visam o fortalecimento de nossos laços com a Organização dos Estados Americanos, organização à qual o FIPA está associado desde a sua criação.

Tive, portanto, a honra de me reunir em março passado com o novo Secretário-Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA), José Miguel Insulza, para falar sobre objetivos comuns da OEA e do FIPA. Em abril, apresentei um relatório das atividades do FIPA aos membros do Conselho Permanente da OEA, em companhia de colegas do Comitê Executivo. Nesse relatório nós reiteramos a vontade do FIPA de ser reconhecido como colaborador de primeira linha na implementação das prioridades do hemisfério.

Nossas apresentações foram bem acolhidas e espero que elas se traduzam na maior participação do FIPA nos eventos no hemisfério.

Administração / Fortalecimento do Secretariado

Por último, houve avanços apreciáveis no plano administrativo e financeiro.

Em março passado, o Comitê Executivo aprovou as demonstrações contábeis do FIPA, como entidade legal sem fins lucrativos, para o ano 2004-2005, após a realização da verificação contábil.

Quanto à questão de financiamento, o Fórum assinou com a Agência Canadense para o Desenvolvimento Internacional (CIDA) um acordo de contribuição, que permitirá cobrir uma parte importante das despesas de funcionamento do Secretariado da organização até setembro de 2007.

Recebemos outra contribuição importante do Parlamento canadense, que generosamente aceitou dotar o Secretariado Técnico do FIPA de salas de escritório, dando-lhe também acesso à sua rede informática.

Vários parlamentos membros nos manifestaram o seu apoio, depositando a cota anual do Fórum. Desta forma, recebemos cerca de 30% do total das cotas que, cabe lembrar, são estabelecidas de acordo com a resolução sobre “A Inclusão Oficial das Legislaturas Nacionais das Américas no Fórum Interparlamentar das Américas (FIPA)” (FIPA/PA/2004/RES.1), aprovada por unanimidade pela Assembléia Plenária realizada no Chile em 2004.

Neste sentido o progresso foi modesto e eu gostaria de solicitar seu apoio para que se realize a tramitação necessária, em seus parlamentos respectivos, para a efetivação do pagamento correspondente. Para tal fim, os senhores receberão, a partir do mês que vem, avisos sobre a cota do período de outubro de 2006 até setembro de 2007.

A melhoria da situação financeira do FIPA permitiu que o Secretariado se dedicasse a novos projetos. Gostaria de destacar, entre eles, a publicação do primeiro número de ParlAmericas, o boletim de divulgação das atividades do FIPA. Nesta sala e no nosso site na Internet, encontram-se disponíveis exemplares desta publicação. Cada um de seus parlamentos recebeu ou receberá exemplares em breve. Convidamos todos a colaborar com a publicação, no intuito de permitir que se conheçam os avanços realizados por suas assembléias.

O Secretariado está avaliando também novas ferramentas tecnológicas para facilitar a interação permanente entre parlamentares por meio de nosso site e para modernizar o Parlamento Virtual das Américas. Nos últimos cinco anos, houve uma virada tecnológica importante na maioria dos nossos parlamentos. Além dos serviços de Intranet e correio eletrônico, hoje em alguns parlamentos é possível fazer consultas online ou participar de chats com os cidadãos.

Vemos que estas novas ferramentas têm um grande potencial quanto à intensificação do nosso intercâmbio entre as reuniões plenárias. Somos, entretanto, cientes das assimetrias tecnológicas que existem entre os países do hemisfério. Para conhecermos melhor as suas necessidades na área de tecnologia da comunicação e na área de formação, eu os convido a responder o questionário que lhes será distribuído pelo Secretariado durante as sessões de trabalho nesta tarde e amanhã.

Conclusão

Como os senhores podem observar, há vários projetos em curso e eu estou convencida que surgirão novas iniciativas durante estes três dias de debate.

Para implementar estes projetos de forma eficaz, necessitaremos o apoio de cada um dos presentes e de seus respectivos parlamentos.

Este apoio pode ser dado através da criação de um capítulo nacional do FIPA, dentro de seus parlamentos, ou do encaminhamento ao Secretariado de um comunicado para confirmar a adesão de seu parlamento como membro do Fórum. Peço que um voluntário de cada delegação se ofereça para ser o principal contato do FIPA em seu parlamento, de forma a facilitar a troca de informações durante o ano sobre nossas respectivas atividades.

Convido agora a senadora Gutiérrez a retomar a palavra e fazer um resumo sobre o modo de funcionamento de cada um dos grupos de trabalho. Desejo a todos uma boa assembléia!

6.5 Anexo 5: Discurso do Presidente da República da Colômbia, Excelentíssimo Senhor Álvaro Uribe Vélez

Original: Espanhol

A realização da Quinta Assembléia Plenária do Fórum Interparlamentar aqui nesta cidade é uma grande honra para a Colômbia, a cidade de Bogotá e o nosso parlamento.

Primeiramente, quero parabenizá-los pelo fato de o Fórum Interparlamentar ter-se transformado em um evento constante, em um esforço permanente, em algo que deixou de ser ocasional. Acredito que, com perseverança, este evento dará bons frutos para as democracias no continente. Muito obrigado por escolher a Colômbia.

Gostaria de agradecer imensamente a cada um dos presentes pela disposição de vir ao nosso país, pelo interesse da senhora Senadora e Presidente do fórum, da Senadora Céline Hervieux-Payette, e pelo grande entusiasmo da Senadora Nancy Patrícia Gutiérrez Castañeda, que colocou toda sua energia na boa realização desta assembléia aqui na Colômbia.

A senhora Presidente Céline Hervieux-Payette se referiu ao tema do comércio, às iniquidades no continente, ao financiamento para microempresas e às drogas ilegais.

Minha intervenção estará dividida em duas partes: primeiro, gostaria de apresentar brevemente à senhora Presidente algumas reações aos referidos temas, e logo abordar algumas preocupações dos senhores Parlamentares que, como o nome de seu ofício indica, sempre preferem o diálogo ativo a simplesmente ouvir discursos magistras.

O comércio. Senhora Presidente, distintos parlamentares, ao longo dos últimos anos a Colômbia vem desenvolvendo um intenso trabalho para inserir sua economia na economia mundial. Há cinco anos, praticamente não se vislumbrava a possibilidade de um acordo entre a Comunidade Andina e o Mercosul. Este acordo já é uma realidade e está em plena vigência. Considero que foi um grande passo no processo de integração continental.

Alguns países andinos - o Peru e a Colômbia – têm avançado nas negociações com os Estados Unidos. O Peru já assinou o seu tratado. A Colômbia está disposta a assinar seu tratado dentro de dois dias, no dia 22 de novembro. O processo de ratificação nos Congressos ainda está pendente.

Adicionalmente, a Constituição colombiana exige uma revisão da constitucionalidade do tratado por parte do Tribunal Constitucional da Colômbia, que é o órgão máximo encarregado de proteger a Constituição.

Também estamos lutando para que o Congresso dos Estados Unidos e seu Executivo aprovelem a prorrogação de preferências para a Bolívia, o Equador, Peru e Colômbia.

Na semana passada, fui aos Estados Unidos, por dois dias, para tratar deste assunto, com o intuito de solicitar novamente ao Executivo e ao Congresso a prorrogação destas preferências, que têm sido de grande utilidade para nossos países.

Estas preferências são realmente de grande utilidade. Por exemplo, pensemos nos 100 mil trabalhadores da cidade de El Alto, nos arredores do aeroporto de La Paz, na Bolívia, que vendem todos os seus produtos aos Estados Unidos. Seus produtos são competitivos no mercado dos Estados Unidos em boa medida em decorrência das preferências.

Estas preferências são necessárias no Peru para muitos setores de exportação, uma boa parte das exportações agrícolas, o crescimento da produção têxtil e a manufatura. Essas preferências são necessárias para a cesta de exportações do Equador, com a exceção do petróleo. E essas preferências são necessárias para quatro mil produtos de exportação da Colômbia.

Já dissemos aos Estados Unidos que a região precisa destas preferências e que elas são justas, não somente porque recompensam grandes esforços envidados pela região contra o narcotráfico, mas também porque facilitam o acesso ao mercado dos Estados Unidos e, em certa medida, ajudam a equilibrar a balança.

Quero me referir agora a algo que nem sempre se percebe à primeira vista. Quando vemos a balança comercial entre a Colômbia e os Estados Unidos, inicialmente a balança parece positiva para a Colômbia. Ela, de fato, registra exportações colombianas na ordem de 9 bilhões de dólares e importações dos Estados Unidos com um valor de pouco mais de 6 bilhões de dólares. No entanto, a balança é negativa, se excluirmos o petróleo, que no caso da Colômbia está em declínio – e Petróleos de Colombia, cuja produção está em declínio, exporta para os Estados Unidos. E a balança é muito mais negativa se excluirmos o carvão. Em outras palavras, quando solicitamos a concessão das preferências e o Tratado de Livre Comércio (TLC) para ter acesso ao mercado dos Estados Unidos, também visamos encontrar oportunidades para tornar essa balança mais equitativa.

Gostaríamos que a República Bolivariana da Venezuela, país irmão, pudesse participar junto conosco do processo de acesso ao mercado dos Estados Unidos, do TLC, e que pudesse participar também da busca da concessão de preferências. Sempre tratamos do assunto com a maior fraternidade e grande cautela.

Os países irmãos centro-americanos assinaram e ratificaram o tratado de comércio com os Estados Unidos – com exceção ainda do Panamá e sem a ratificação da Costa Rica até o momento. Nós estamos preocupados que a América Central tenha este tratado com os Estados Unidos e os países andinos e os países do sul - porque o tratado também será assinado pelos países do sul em algum momento - e que os países da América Central e da Comunidade Andina, neste caso, não tenham iguais possibilidades de intercâmbio de produtos, de acesso recíproco aos mercados.

Por isso, desde fevereiro, envidamos esforços para avançar no processo de realizar um tratado entre três países da América Central e a Colômbia, que procuraremos estender também aos nossos irmãos os países andinos. Os três países da América Central com quem estamos em plena negociação são Honduras, El Salvador e a Guatemala. Na segunda-feira que vem, o Tratado de Comércio entre a Colômbia e o Chile será assinado em Santiago do Chile. Examina-se também a possibilidade de um acordo entre a Comunidade Andina e o Chile, que consideramos ser de suma importância.

Visamos realizar um acordo com nosso país irmão, a República Bolivariana da Venezuela, que substitua as normas que existiam na Comunidade Andina a respeito das relações entre a Colômbia e a Venezuela na área comercial.

Hoje de manhã me deram a seguinte informação - para mostrar-lhes que isto é positivo para todos: durante anos a produção de veículos na Colômbia totalizava 60 – 66 mil unidades. Em outros anos, e neste em particular, a produção será de aproximadamente 180 – 200 mil veículos, o que representa um enorme aumento.

Neste ano a Comunidade Andina vem se desempenhando com grande dinamismo nesta área. Por exemplo, a fábrica da Toyota, instalada na Venezuela, vende para o mercado colombiano, e esgotou a venda de produtos neste ano a tal ponto que hoje veículos da Toyota na Tailândia são importados para o mercado colombiano. Isso nos mostra como nossas economias vão se tornando mais dinâmicas ao estimularem efetivamente esta área comercial.

Por que não adotar preferências unilaterais permanentemente? Por dois motivos: em primeiro lugar, estas preferências unilaterais não incluem todos os produtos em nossas economias que têm potencial de exportação. Elas são restritivas e excluem muitos produtos. Em segundo lugar, os investidores não investem se não existe a certeza de um acesso permanente aos mercados. Quando existem preferências unilaterais por um período de quatro anos, que são prorrogadas por um ano, os investidores consideram que há muita incerteza em termos de acesso aos mercados e postergam a decisão de realizar investimentos. O acesso permanente aos mercados é necessário para a tomada de decisões de investimento.

Por tais motivos, realizamos esforços para obter a prorrogação temporária das preferências nos Estados Unidos, embora estejamos lutando por uma solução permanente de acesso ao mercado norte-americano através do tratado de comércio.

No caso da Europa, temos uma situação parecida. Há dois anos, as preferências europeias foram renovadas por um período de dez anos. No entanto, dez anos passam rápido, principalmente com relação a áreas tão complexas. Peru, Equador, Bolívia e Colômbia estão na fase exploratória da busca de um primeiro acordo com a Europa, que deveria nos permitir avançar rumo a um acordo permanente com a União Europeia. Em algum momento, gostaríamos de poder participar desse acordo juntamente com nosso país irmão a República Bolivariana da Venezuela.

Distintos parlamentares do continente, nós não vemos o comércio como uma questão ideológica. Para nós, o comércio é uma questão de praticidade, uma questão de acesso a mercados, que nos ajuda em muitos aspectos.

Em primeiro lugar, o comércio atrai investimentos. A China, tão valorizada, é tida como campeã em termos de investimento direto estrangeiro. Durante os últimos 15 a 17 anos, o país vem recebendo investimentos na ordem de 54 a 57 a 67 bilhões de dólares por ano, em decorrência do sucesso de suas incursões em praticamente todos os mercados no mundo. Isto é muito importante. Nós associamos o acesso aos mercados à possibilidade de atrair investimentos diretos estrangeiros.

De fato, a situação na Colômbia melhorou em termos de investimento direto estrangeiro. O país está começando a ser um bom receptor. No ano passado, registrou-se um total de aproximadamente 5 bilhões e 400 milhões de investimento líquido. No corrente ano, o total se elevou para cerca de 6 bilhões, em decorrência da atuação de muitos distribuidores em vários setores da economia. O acesso aos mercados é condição necessária para que isto se dê.

Esse investimento se traduz em um fator necessário para a geração de emprego, de boa qualidade, com direito à seguridade social, e para um contínuo processo de expansão da economia, que permita que o Estado arrecade recursos para o desenvolvimento social, a superação da pobreza e a construção de equidade.

Estes tratados são de grande ajuda para os consumidores. Enquanto ajudam os investidores e exportadores, eles também representam uma ajuda para os consumidores porque, com a abertura dos mercados, freqüentemente é possível obter produtos oriundos de países com os

quais já existem acordos - produtos de melhor qualidade e melhor preço que aqueles achados no mercado local.

De fato, os tratados são vantajosos para todos. Testemunhamos uma grande expansão da economia andina em consequência do crescimento do chamado comércio intra-andino.

Adicionalmente, para nós, o acesso aos mercados e a integração entre povos não têm limitações ideológicas. Nossa atuação revela grande respeito pela diversidade do continente. Por isso, há alguns dias, concluímos negociações com Cuba e hoje já há um tratado comercial entre a Colômbia e Cuba.

Esperamos obter avanços em relação ao Canadá, senhora Presidente. Há quatro anos, há dois anos, nós tratamos do assunto com os antigos Primeiros-Ministros. Não foi possível avançar e com o atual Primeiro Ministro abordamos novamente a questão e já existe uma comissão mista Colômbia-Canadá, que está examinando avanços possíveis. Seria muito bom obter rapidamente um acordo entre o Canadá e os países andinos.

Consideramos que os tratados são muito importantes para os trabalhadores, não só porque oferecem a possibilidade de melhores empregos, empregos com direito à segurança social, mas também porque nas cláusulas sociais dos tratados, cada país exige da contraparte o respeito total às obrigações trabalhistas, e quando as obrigações trabalhistas não são cumpridas, os demais países signatários do tratado podem exercer o direito de aplicar uma sanção ao país membro que descumpriu os termos do tratado, que não cumpriu as disposições trabalhistas.

Os trabalhadores, dentro de nossos países, são protegidos pela constituição, os desenvolvimentos legais, os juízes, os governos e a contratação coletiva, mas as cláusulas sociais dos tratados também devem proteger os nossos trabalhadores.

Consideramos, senhora Presidente, que a integração de nossas economias gera oportunidades sociais muito importantes.

Existem hoje setores em risco. No sábado passado, perto da cidade de Cartagena, em um município do departamento de Bolívar chamado Arjona, um conselho comunitário se reuniu para tratar de assuntos do setor agropecuário. Como é de pleno conhecimento, há subsectores do setor agropecuário em risco.

Na Colômbia, estamos nos preparando, mediante grandes esforços do parlamento, que está em vias de aprovar uma lei chamada Agro: Ingreso Seguro (Agropecuária - Renda Segura). Em consequência desta lei, haverá na Colômbia um enorme aumento de recursos para estimular a competitividade do setor agropecuário, transformar setores e desenvolver novos setores.

Também cabe assinalar que fizemos grandes esforços e fomos obrigados a adotar soluções bilaterais em muitos casos, porque não se conseguia avançar pelo caminho multilateral.

Desejamos manifestar a nossa preocupação pela falta de resultados na Rodada de Doha. Estamos esperando que os países industrializados tomem a decisão de eliminar não apenas os subsídios às exportações agrícolas, mas também os subsídios à produção de alimentos.

Se tal decisão fosse tomada na Rodada de Doha, seriam resolvidos muitos dos problemas que obstaculizam a integração multilateral. Devido à falta de avanços na área multilateral, os tratados bilaterais são imperativos. Por exemplo, o que fará a Colômbia sem um tratado bilateral de acesso ao mercado dos Estados Unidos, tendo que solicitar continuamente a prorrogação das preferências, sem poder proporcionar confiança aos investidores? O ideal

seria já contar com alguns tratados multilaterais. No entanto, em ausência dos mesmos, por necessidade, nós nos dedicamos a explorar e seguir o caminho bilateral.

A senhora Presidente tem razão em manifestar sua preocupação pela iniquidade, pelos temas da pobreza, de iniquidade na distribuição de renda no continente.

Há quatro anos, as taxas de pobreza na Colômbia eram de 60 por cento. No ano passado estavam em torno de 51 por cento. Neste novo mandato, esperamos poder reduzi-las a 35 por cento. O país tem uma visão de longo prazo até o ano 2019 e se propõe a reduzir a pobreza até esse ano a, no máximo, 15 por cento.

Pela primeira vez o Coeficiente Gini, que mede a equidade distributiva, começa a indicar uma leve tendência de melhoria na Colômbia.

Nossa plataforma legislativa, tão volumosa e importante, que está sendo tratada neste Congresso, contém um aspecto constante: o de ajudar a economia colombiana crescer 6 por cento, ajudar que se alcancem as metas propostas de redução de pobreza e ajudar na construção da equidade.

As metas estabelecidas são um grande desafio: educação básica plena neste quadriênio, grandes avanços na área de educação pré-escolar, boa cobertura de saúde e grandes avanços em matéria de água potável e saneamento básico.

Acreditamos que é necessário combinar o crescimento com a superação da pobreza e a construção da equidade.

O continente viveu situações extremas: nos anos sessenta, se postulava cada vez mais a doutrina que destacava a importância de estimular o crescimento econômico, pensando que resultaria em melhor distribuição. Isto fracassou.

Mais tarde, durante as décadas posteriores, dizia-se que era necessário distribuir, tirou-se o foco do crescimento e, onde houve distribuição, acabou-se por distribuir pobreza.

Consideramos que é necessário combinar o crescimento com a superação da pobreza e a distribuição.

A senhora Presidente se referiu ao crédito para microempresários. Há grande potencial no continente todo. A criação de relações entre os setores microempresariais, tradicionalmente excluídos, e fontes de créditos é uma forma de superar a exclusão.

Em nosso primeiro mandato, foram concedidos créditos a um milhão 800 mil microempresários colombianos. A carteira microempresarial cresceu, passando de 736 bilhões para 3 trilhões (pesos colombianos).

Amanhã, aqui em Bogotá, vamos entrar na chamada segunda etapa da revolução do microcrédito, com um esquema conhecido como Banca de Oportunidades (Banco de Oportunidades).

Qual é o objetivo do esquema? Ele visa a concessão de crédito a setores excluídos, aos setores mais vulneráveis, aos setores com dificuldade de acesso ao crédito; ele visa a concessão de crédito aos setores cujos recursos financeiros antigamente eram obtidos, por necessidade, no mercado negro, através da agiotagem; e, com a concessão do crédito, ajudar-lhes a ter mais possibilidades através de taxas de juros mais baixas, a ter maiores possibilidades de alcançar a prosperidade econômica, e a não depender do mercado negro do sistema financeiro.

Amanhã lançamos o esquema com mil famílias vulneráveis, desalojadas, na cidade de Bogotá, que pela primeira vez vão ter acesso ao crédito formal, e começamos com 300 pessoas que terminaram de cursar o Sistema Nacional de Aprendizagem.

Haverá dois grupos: famílias em extrema pobreza, que vêm participando de um projeto do governo chamado Famílias em Ação, de subsídios educacionais. Elas passam agora para uma segunda etapa, a etapa em que recebem o crédito para o desenvolvimento de projetos produtivos.

Amanhã teremos também outro setor, com uma vulnerabilidade diferente. Trata-se de um grupo de pessoas que recentemente terminaram de cursar estudos técnicos e tecnológicos e que, por serem muito jovens, porque acabaram de concluir uma etapa educacional, geralmente não teriam acesso a crédito.

Para tal fim, obtivemos o compromisso de todo o setor financeiro colombiano, estatal e privado, as cooperativas e as fundações, além de uma instituição de grande importância, o Fundo de Garantias, que vem crescendo muito na Colômbia.

Temos dois fundos de garantias a nível nacional: um para microempresários em geral e outro para o setor agropecuário. Em muitos dos departamentos colombianos já existem fundos de garantias.

Levamos este crédito a setores muito pobres embora socialmente organizados. A forma de organização social dos destinatários do microcrédito é muito importante. Há setores que não estão nesse grau de pobreza, mas que precisam de crédito e têm dificuldade de acesso ao crédito, por serem muito jovens, porque terminaram recentemente programas tecnológicos ou universitários.

Todas estas pessoas passam por uma etapa preparatória e são apresentadas por alguém que lhes ajuda a solicitar o crédito e que os acompanha.

Por exemplo, cada família que vai receber créditos amanhã teve que se preparar por meio do Serviço Nacional de Emprego. Esta etapa de preparação também pode ser realizada no setor privado e em diferentes fundações do mesmo.

A instituição, onde foi efetuada a preparação, é responsável por apresentá-la ao Banco e se compromete a acompanhar a família durante a vigência do crédito. O Fundo Nacional de Garantias dá a garantia, é o avalista.

Nós desenhamos muito cuidadosamente todos os passos no processo de concessão de crédito e agora, a partir de amanhã, nós nos comprometemos a mostrar periodicamente os resultados para poder divulgá-los aos setores mais pobres da população.

Recentemente, criamos um decreto que autoriza representações financeiras não-bancárias. É praticamente impossível abrir uma agência bancária nos setores populares de nossas grandes cidades e áreas rurais remotas.

Antes, era muito difícil devido à falta de segurança. Hoje as dificuldades não se devem tanto a esse motivo. No entanto, a forma tradicional continua sendo muito custosa. Antes, para abrir uma agência bancária em uma comunidade rural colombiana, havia risco de problemas de violência, dos custos e da falta de base tecnológica. Era preciso abrir uma agência custosa, com custos de construção elevados, etc.

Qual é o conceito de representação não-bancária, que entrará em vigor na Colômbia durante as próximas semanas? Trata-se da possibilidade de instalar uma agência bancária muito simples, mas com ótimo suporte tecnológico, nos bairros mais pobres das grandes cidades e nas comunidades rurais.

Um acordo é feito com uma paróquia, escola, farmácia, pequena loja, com a Ação Comunitária. O banco, que vai abrir a representação não-bancária, instala uma cabine nesse lugar. Já não se trata de uma construção pomposa como antigamente, mas uma cabine simples. No entanto, antes não havia base tecnológica e agora é preciso instalar uma base tecnológica moderna para realizar comunicações entre esse lugar e a agência central do banco que deve atender a pessoa.

Temos a confiança de que todos estes mecanismos vão permitir que apresentemos aos colombianos e nossos irmãos no continente um avanço muito significativo em termos de financiamento de crédito popular.

Compartilho plenamente sua preocupação, senhora Presidente. Eu abracei a causa do crédito popular na Colômbia com emoção, com muito amor. Esta é a única maneira de promovê-la com sucesso. Aspiramos que todo o setor financeiro do país possa demonstrar à Nação equilíbrio social em matéria de crédito popular.

Não sei, senhora Senadora Nancy Patrícia, se alguns dos distintos congressistas de visita gostariam de nos acompanhar amanhã a El Tunal de Bogotá, onde vamos entregar os primeiros créditos do novo esquema de crédito popular conhecido como Banca de Oportunidades.

Peço-lhe para coordenar com eles, peço-lhe este à senhora Alicia Arango, secretária da Presidência. Seria uma honra e muito gratificante que nos acompanhem nesta experiência, que nós desenhamos e agora vamos lançar amanhã em um setor pobre desta cidade.

No último ponto, a senhora Presidente mencionou a preocupação pelas drogas ilícitas, em um país que já sofreu tanto.

A Colômbia está realizando um grande esforço de fumigação, erradicação manual, cultivos alternativos. Um grande esforço para confiscar a riqueza ilícita e um grande esforço em matéria de extradição.

Neste ano foram fumigadas na Colômbia aproximadamente 160 mil hectares, com muita ajuda dos Estados Unidos. No entanto, também se fez um enorme esforço nacional e dentro de dois dias estaremos concluindo a erradicação de 40 mil hectares de cultivo de drogas, com erradicação manual.

Pela primeira vez, realizamos um pesado programa de erradicação manual no ano passado, erradicamos 31 mil e 200 hectares. Este já é o segundo ano consecutivo. Neste ano estamos finalizando a erradicação de 40 mil hectares. Temos como meta para o ano que vem erradicar inicialmente 50 mil hectares - 40 mil neste ano e 50 mil no ano que vem.

Solicitamos à União Européia que nos ajude com a erradicação. Os Estados Unidos estão fazendo um grande esforço para nos ajudar com a fumigação. Precisamos que a União Européia – e o Canadá, se possível - nos ajude com a erradicação. O programa de erradicação manual não gera objeções, como acontece no caso do programa de fumigação em alguns lugares.

Entretanto, existem casos muito interessantes. Há um ano, tomamos a decisão de erradicar manualmente áreas de cultivo de drogas em Parques Nacionais. Sabem o que aconteceu? Em um grande parque conhecido como o Parque Natural de la Macarena, foram assassinados mais de 20 policiais e erradicadores durante atos de terrorismo.

Para proteger a vida dos erradicadores, fomos obrigados a fumigar o Parque. Não queríamos fazê-lo, queríamos erradicar manualmente as áreas de cultivo de drogas dentro do parque, mas os cruéis atos de terrorismo contra os policiais e erradicadores nos obrigaram a fumigar as áreas de cultivo de drogas que ainda restavam.

Realizamos um grande esforço em matéria de cultivos alternativos, mas o melhor cultivo alternativo é o crescimento econômico geral. Um crescimento econômico sustentado de 6 por cento se transformaria em um grande cultivo alternativo para os problemas das drogas na Colômbia.

Distintos congressistas, este país tem um milhão e 164 mil quilômetros quadrados - 578 mil de selva. Este é um dos países mais ricos do mundo quanto à sua biodiversidade e disponibilidade de água doce em relação à sua extensão territorial. As drogas representam o grande inimigo.

A selva colombiana é uma reserva de biodiversidade para toda a humanidade. A selva colombiana faz parte da selva amazônica. As drogas destruíram 2 milhões de hectares na Colômbia.

Criamos um programa chamado Familias Guardabosques (Famílias de Guardas Florestais). Há 43 mil famílias que participam do programa. Estas famílias se comprometem a manter uma área livre do cultivo de drogas e a defender a recuperação desse espaço florestal. Em áreas em que não há erosão da terra, as famílias exercem atividades econômicas lícitas e recebem apoio do Estado – entre aproximadamente 1.500 e 2 mil dólares por ano. Temos 43 mil famílias e já pedimos ajuda à Europa, ao mundo. Se pudessemos chegar a ajudar 100 mil famílias, poderíamos superar o flagelo das drogas com maior sucesso e rapidez.

Em muitos fóruns há discussões em torno da questão das drogas e alegações de que a fumigação é a causa de muitos problemas ambientais. A causa do problema ambiental não é a fumigação, mas as drogas. No rio Putumayo, rio fronteiro primeiro com o nosso país irmão o Equador e depois com outro país irmão o Peru, observamos que a redução da fauna aquática se deve muito antes ao plantio de áreas de cultivo de droga do que à erradicação e à destruição das drogas.

O primeiro passo do plantio da área de cultivo de droga é destruir a selva, o que causa um grave dano ecológico com a erosão do solo. O escorrimento da chuva amazônica leva essa erosão às águas, sedimenta o leito dos rios e, durante o processamento da droga, a utilização de todos os precursores químicos envenena a selva e as correntes de água.

Eu gostaria de afirmar aqui diante dos senhores aquilo que sempre afirmo às novas gerações no meu país: é preciso começar a enfocar o problema da droga não somente de uma perspectiva tradicional, mas através de um novo enfoque: as drogas são um grande inimigo da ecologia.

Neste país, com a destruição de dois milhões de hectares de selva tropical, o dano à fauna aquática, o dano à flora amazônica, testemunhamos como as drogas prejudicam o equilíbrio ambiental de um país como Colômbia e do mundo em geral.

Para não falar hoje na realidade que os senhores já conhecem: vamos avançando na nossa luta contra o terrorismo e isso nos ajuda a apresentar hoje um país mais seguro, mais aprazível. No entanto, ainda resta um longo caminho por percorrer. Essa luta seria menos difícil se pudéssemos erradicar as drogas na Colômbia completamente.

Por isso, pedimos a solidariedade de todos os povos do mundo, de nossos países irmãos.

O terrorismo não tem amigos, nem fronteiras, nem aliados. O terrorismo engana. É um impostor. Há ocasiões em que, quando o terrorismo não consegue seqüestrar em um determinado país, ele seqüestra em outro.

Quando não pode extorquir em um determinado país, ele extorque em outro.

Quando não pode produzir drogas em um país, ele produz em outro.

A luta que a Colômbia vive hoje, na medida em que ela for bem-sucedida, será uma luta que também irá trazer benefícios para todos os nossos vizinhos, para o mundo inteiro.

Nós estamos lutando em prol da segurança a partir da democracia. E isso marca a nossa luta em prol da segurança, e a distingue da luta pela segurança na época das ditaduras.

Outros países no continente utilizaram a bandeira da segurança para apoiar ditaduras. Aqui nossa segurança é democrática, porque - à diferença da doutrina de segurança nacional, de ingrata recordação, que percorreu o continente, violou direitos humanos, restringiu liberdades públicas, tolheu as manifestações de dissenso, reduziu os direitos da oposição - a nossa segurança é democrática.

Neste ano a Colômbia teve dois processos eleitorais: o do Congresso e o da Presidência. Foram as eleições mais ameaçadas, porém também reconhecidas internacionalmente como as mais pacíficas da história. Todos os porta-vozes da oposição, os amigos de diferentes tendências políticas, os amigos no Congresso, no Governo, percorreram o país, movimentaram as suas campanhas, apoiados em garantias plenas. Foi um belo processo.

Em algumas regiões do país, os grupos guerrilheiros ameaçaram os eleitores propensos a votar pela reeleição do presidente. Entretanto, confiamos que, na medida em que exista maior Segurança Democrática, não haverá mais paramilitares nem guerrilha aqui para pressionar os eleitores.

Gostaria, se os senhores estivessem de acordo - porque compreendo bem a sua infinita vocação parlamentar - de responder a algumas das preocupações que desejam expressar. Eu lhes agradeço imensamente pela sua presença na Colômbia, e pela escolha de realizar aqui esta Quinta Assembléia do Fórum Interparlamentar das Américas e a honra que isso representa para nossa Pátria.

Muito obrigado. Seus comentários, dúvidas e perguntas serão muito bem-vindos.

6.6 Anexo 6 – Relatórios e recomendações dos grupos de trabalho

6.6.1 Grupo de Trabalho Nº. 1: Comércio e Integração

Original: Espanhol

RELATÓRIO FINAL

Grupo de Trabalho Nº. 1: Comércio e Integração



O grupo de Trabalho sobre Comércio e Integração, reuniu-se no Capitólio Nacional da República da Colômbia nos dias 19 e 20 de novembro de 2006, com a participação de: Antígua e Barbuda, Bolívia, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, México, Suriname e Trinidad e Tobago, países membros do FIPA.

O deputado canadense James Bezan presidiu este grupo, que contou com a participação do especialista Dr. Paolo Giordano, representante do Banco Interamericano de Desenvolvimento, Departamento de Integração e Programas Regionais, que fez uma apresentação sobre “A pressão da globalização sobre políticas de

comércio e integração: Desafios e oportunidades para a América Latina”.

O objetivo da conferência é oferecer um panorama geral de algumas das principais tendências que darão forma à concorrência mundial que os países da Américas enfrentarão num futuro imediato, com fundamento nos seguintes aspectos:

- Repercussão da emergência da China e Índia na América Latina e no Caribe.
- Integração regional e mundial da América Latina no início do século XXI.
- Ganhadores e perdedores do comércio e da integração: o papel das políticas complementares.
- Ajuda para o comércio: cooperação para o desenvolvimento para a transição de um comércio mais livre.
- O papel das instituições internacionais na prestação de ajuda para o comércio.
- Conclusão e recomendações em matéria de política.

No debate que foi aberto, foram colocadas as posições dos diferentes países:

- Considerar o desafio comercial da China e da Índia, não como uma ameaça, mas como uma oportunidade.
- Existe uma preocupação com os efeitos externos, como a depreciação do dólar.

- Existe uma grande preocupação com a política de Segurança dos Estados Unidos, no tocante à construção do muro fronteiriço com o México.
- Importância e necessidade da integração para sair do subdesenvolvimento.
- Destaca-se a importância da agenda de integração das Américas.
- Indica-se a importância dos convênios regionais, porém, fundamentalmente a integração dos países da América Latina e do Caribe.
- A integração comercial é um meio para conseguir equidade e diminuir a pobreza.
- Adaptar o modelo de integração europeu baseado às necessidades da América Latina e do Caribe.
- Existe uma grande preocupação com a crise energética e dos combustíveis em relação aos preços, falta de prevenção e descumprimento nas regras do jogo.
- Num mundo de tratados, quem ficar parado, fica para trás.

RECOMENDAÇÕES

Adotadas pela Assembléia Plenária do FIPA em 21 de novembro de 2006

1. Deve-se continuar com a agenda de integração das Américas, exortando os países-membros do FIPA a um acordo hemisférico, no qual convirjam todos os acordos bilaterais.
2. Exorta-se os membros da OMC a retomar as negociações comerciais multilaterais, com o objetivo de concluir a roda de Doha para o Desenvolvimento – particularmente – no que se refere à abertura dos mercados agrícolas.
3. Devem ser eliminadas todas as barreiras ao comércio internacional, incluindo os impostos alfandegários ou subsídios que distorcem o comércio internacional. Outrossim, é necessário preservar a capacidade dos países de apoiar os setores mais sensíveis.
4. Na busca de uma maior integração, é necessário derrubar todo tipo de barreiras entre os países-membros do FIPA, que infrinjam os direitos humanos e impeçam o livre trânsito de pessoas.
5. Devem promover-se políticas domésticas complementares que aproveitem as oportunidades de inserção internacional; particularmente as políticas de infra-estrutura; educação; modernização do Estado; desenvolvimento rural, agrícola e pesqueiro; e ciência e tecnologia.
6. Devem criar-se políticas que favoreçam a integração energética, considerando os desafios relacionados com os recursos não renováveis e as oportunidades oferecidas por recursos renováveis como a bioenergia, a energia eólica ou outros recursos.
7. Devem criar-se mecanismos para proteger a propriedade intelectual da livre concorrência e abolir a pirataria.

8. Deve-se trabalhar em programas de desenvolvimento sustentável e criar programas para reduzir a pobreza e melhorar as condições de vida.
9. Exorta-se os países-membros do FIPA, a considerarem que a emergência da China e da Índia impõe a urgência de desenhar políticas para enfrentar a concorrência global. A esse respeito, solicita-se a organização de diálogos do FIPA com estes países.
10. Deve-se construir para os países das Américas e do Caribe um Fundo dotado com suficientes recursos financeiros para facilitar a transição para um regime de comércio mais livre e de integração mais profunda, particularmente no tocante à facilitação da conectividade da região, ao desenvolvimento da infra-estrutura (transporte aéreo, terrestre e marítimo) e à promoção da pequena e média empresa, alinhado com a iniciativa de ajuda para o comércio da OMC.
11. Deve-se procurar um diálogo contínuo dos membros do FIPA com os Estados Unidos, incentivando sua participação ativa na FIPA.
12. Recomenda-se debater sobre assuntos sociais para conseguir o bem-estar de nossos povos.
13. Recomenda-se que os membros do FIPA levem estas recomendações aos seus respectivos parlamentos e poderes executivos; que trabalhem conjuntamente com seus próprios representantes executivos nacionais do FIPA para garantir que sejam feitos progressos concretos em sua implementação; e que os presidentes de cada capítulo nacional do FIPA reportem à próxima Assembléia Plenária do FIPA, os avanços alcançados por seus países.

James Bezan
Deputado do Canadá
Presidente do Grupo de trabalho No. 1

Sandra Ovalle García
Relatora

PARTICIPANTES

Antígua e Barbuda	Senadora Gail Christian Deputado Lenworth Johnson
Bolívia	Deputada Elsa María Guevara Aguirre
Brasil	Senador Marcelo Crivella Deputado Luiz Carlos Hauly
Canadá	Deputado Ljubomir Temelkovski
Chile	Senador Sergio Fernando Romero Pizarro Deputado Eugenio Tuma Zedán
Colômbia	Senador Antonio Guerra Senadora Alejandra Moreno Piraquive

México	Senador Jorge Andrés Ocejo Moreno
	Deputado Miguel Angel Peña Sánchez
	Deputado Luis Fernando Rodríguez Ahumada
Suriname	Deputado Theodorus Vishnudatt
Trinidad e Tobago	Deputado Manohar Ramsaran
	Deputado Kenneth Valley

6.6.2 Grupo de Trabalho Nº. 2: Redução da Pobreza

Original : Espanhol

RELATÓRIO FINAL

Grupo de Trabalho Nº. 2: Redução da Pobreza



Em 19 de novembro do 2006, o grupo de trabalho realizou durante a V Assembléia Plenária do Fórum Interparlamentar das Américas (FIPA) sua primeira seção de trabalho no Congresso da República da Colômbia Salão Boyacá, cidade de Bogotá D.C., com a participação de deputados e senadores de: Brasil, Colômbia, Canadá, Chile, Cuba, Domínica, El Salvador, Haiti, México, República Dominicana, Suriname, Trinidad e Tobago, Uruguai, e Venezuela, países membros do Fórum.

O grupo de trabalho foi conduzido pelo deputado do Chile e membro do Comitê Executivo do FIPA Iván Alejandro Moreira Barros e contou com a exposição de Ana Lucía Muñoz representante do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) na Colômbia e de Amelita Armit vice-presidenta de Programas do Centro Parlamentar.

O deputado Moreira disse que o ponto de partida da luta contra a pobreza deve ser a tomada de consciência para conseguir maior igualdade de oportunidades para o desenvolvimento, para dar às pessoas o que precisam para emergir da pobreza. Apesar a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) ter projetado uma diminuição da pobreza na região pelo bom desenvolvimento econômico na América Latina, há crescimento, mas também há desigualdade. Devem-se desenvolver propostas como:

- i) Fortalecer e melhorar a cooperação
- ii) Política distributiva mais eficaz
- iii) Incentivos tributários para evitar evasão mediante mercado informal
- iv) Evitar fuga de capital e não investimento interno
- v) Promoção do produto nacional
- vi) Globalização
- vii) Aproximação cultural

“Não devemos continuar a dar comida às pessoas, mas ensiná-las a viver melhor pelo seu próprio esforço” destacou o deputado Moreira.

No seu relatório, “Pobreza y desigualdad en América Latina y el Caribe” a Dra. Muñoz informa que a partir da ação conjunta do FIPA e do BID poderiam ser oferecidos recursos técnicos que permitam aos parlamentares da região contar com recursos analíticos na luta contra a pobreza e a desigualdade. Destacou-se que a pobreza é mais alta nos países com baixos níveis de renda per capita, entre os que estão mais endividados; há aumento da indigência urbana; a gravidez de adolescentes pobres é um fator de transmissão intergeracional de pobreza; a população indígena que representa 10 % da população total tem 25 % de pobres; existe desigualdade de acesso à educação, saúde e mercados de trabalho, o que gera violência.

Amelita Armit, do Centro Parlamentar, fez uma apresentação sobre o “Fortalecimento da participação de parlamentares no processo de estratégia de redução da pobreza”. O Centro Parlamentar é uma organização canadense voltada para a melhoria da eficácia das assembleias representativas e dos mecanismos de governabilidade em todo o mundo, e que apóia as instituições democráticas na África, Ásia, Europa do Leste, nas Américas e no Oriente Médio. Os instrumentos oferecidos pelo Centro Parlamentar para apoiar os parlamentos na luta contra a pobreza incluem: realizar audiências legislativas e trabalhar junto com grupos políticos que tenham interesses específicos em diferentes áreas, melhorar as relações legislativas com o executivo e a sociedade civil e partilhar conhecimentos e experiências entre parlamentos.

DEBATE

No desenvolvimento do diálogo interparlamentar, o grupo propôs tratar o tema sensível da pobreza levando em conta a realidade de cada país. A luta contra a pobreza representa uma preocupação dos países membros do Fórum e em geral dos países em vias de desenvolvimento.

Durante a seção de trabalho, os representantes participaram ativamente e concordaram entre outros pontos que não se deve só implementar políticas sociais para responder em crises econômicas, mas exige-se uma verdadeira arquitetura social.

Os seguintes pontos foram destacados:

- Na América Latina os que vivem abaixo do patamar da pobreza são aborígenes ou mulheres arrimo de família. A pobreza deve ser combatida através de programas elaborados com esforço nacional ou através de ONG. Os países latino-americanos devem se articular e não trabalhar cada qual de forma diferente.
- A pobreza diminuiu, mas a distribuição da renda não melhorou.
- A economia melhora e a pobreza aumenta.
- A pobreza cresceu menos na América Latina que na África, mas não foi reduzida. Exige-se uma mudança radical na estratégia social: a questão do emprego não foi resolvida, e isso é a melhor política social.
- Na América Latina há desigualdade de oportunidades; há 8 milhões de pessoas vivendo em situação de extrema pobreza.
- Exige-se o fortalecimento do estado de direito.

Houve menção especial de preocupação com a situação que enfrenta o Haiti, e todos os países membros expressaram vontade política de que os governos intercedam para ajudar na luta contra a pobreza e a corrupção.

Finalmente, ficaram pendentes 2 perguntas formuladas pela senadora Nancy Patricia Gutiérrez da Colômbia para a seção do grupo de trabalho do dia 20 de novembro de 2006:

- O crescimento por si mesmo não elimina a pobreza, é necessária a geração de emprego. Qual é o vínculo sinônimo da luta contra a pobreza?
- A carga tributaria termina minando o investimento privado que gera emprego; os tributos devem ser pagos pelos que tem mais recursos.

RECOMENDAÇÕES

Adotadas pela Assembléia Plenária do FIPA em 21 de Novembro de 2006

Recomenda-se:

1. Consolidar estratégias de crescimento.
2. Aumentar efetividade do gasto social (estabelecendo quem terá a prioridade).
3. Propiciar a cooperação internacional entre os países membros.
4. Trabalhar um componente político para reduzir a pobreza; um elemento econômico para que sejam tributadas as pessoas com renda mais elevada; um elemento de conteúdo social das políticas econômicas e que o emprego seja a prioridade para chegar a uma transformação social.
5. Promover a educação universal, e eliminar o analfabetismo.
6. Reduzir a morbidade infantil.
7. Garantir um meio ambiente sadio.
8. Capacitar em novos locais de trabalho.
9. Intercambiar informação sobre programas que tenham tido êxito em outros países.
10. Investir na ciência e na tecnologia.
11. Reduzir o fenômeno da migração.
12. Buscar o mecanismo para que as resoluções e iniciativas apresentadas pelos grupos de trabalho sejam implementadas pelos legisladores nos respectivos países e conseqüentemente se constituíam numa força vinculante.
13. Como imperativo ético da região, observar que os recursos do estado cumpram seus compromissos e assim lutar contra a corrupção e incentivar os parlamentares a proporem leis de transparência em seus países.

14. Criar um grupo de trabalho que se dedique exclusivamente aos estudos e impactos da carga tributária no desenvolvimento socioeconômico das economias dos países membros. A missão do grupo seria realizar um estudo que estabeleça princípios e encontre alternativas para que os países membros tenham uma carga tributária justa e equânime para garantir o desenvolvimento social, a geração de emprego aumentando a produção e riqueza de cada país membro.

Iván Alejandro Moreira Barros
 Deputado do Chile
 Presidente do Grupo de Trabalho N°. 2

Isabel Cristina Jiménez Losada
 Relatora

PARTICIPANTES

Canadá	Senadora Nancy Ruth Deputado Mario Silva
Chile	Senador Adolfo Zaldívar Deputado Sergio Correa Deputado Fidel Edgardo Espinoza Sandoval Deputado Cristián Monckeberg Bruner
Colômbia	Senadora Nancy Patricia Gutiérrez Castañeda Senadora Cecilia López Montaña
Cuba	Deputado Tubal Páez Hernández
Dominica	Deputado Ronald Toulon
El Salvador	Deputado Jesús Gutiérrez Deputado Julio Cesar Portillo Baquendano
Granada	Senadora Ingrid Rush
Haiti	Deputada Marie Jossie Étienne Pierre Deputado Gérard Théràmène
México	Senadora Gabriela Aguilar García Senador Rogelio Humberto Rueda Sánchez Deputada Margarita Arenas Guzman Deputado Alfonso Othón Bello Pérez Deputado Salvador Ruiz Sánchez
República Dominicana	Senador Roberto Rodríguez Deputada Gladys Sofía Azcola Deputado Bernardo Colón

	Deputada María Estela de la Cruz
	Deputado Juan Maldonado
	Deputado Lupe Nuñez
	Deputada Mirtha Pérez
	Deputado Plutarco Pérez
	Deputado Aridio Reyes
	Deputada Digna Reynoso
	Deputada María Sánchez
	Deputada Gladis Soto
Suriname	Deputada Socila Angoelal
	Deputado Mahinderkoemar Jogi
Trinidad e Tobago	Senador Danny Montano
	Deputada Kamla Persad-Bissessar
Uruguai	Senadora Susana Elida Dalmás Garcen
Venezuela	Deputado Hayden Owando Pirela Sánchez

6.6.3 Grupo de Trabalho N.º 3: A Luta contra o Tráfico de Drogas

Original: Espanhol

RELATÓRIO FINAL

Grupo de Trabalho N.º 3: A Luta contra o Tráfico de Drogas

Na cidade de Bogotá (Colômbia), os dias 19 e 20 de novembro, reuniu-se o Grupo de Trabalho contra o Tráfico de Drogas, no marco da V Assembléia do Fórum Interparlamentar das Américas (FIPA) na Sede do Congresso e da Comissão de Política Exterior e Defesa Nacional do Senado da Colômbia. A esta reunião assistiram delegados de 8 países de toda a América.



Como presidenta do Grupo, atuou a senadora de Barbados, Sandra Husbands e como relator, o Senhor Felipe Ortiz, Secretário Geral da Comissão de Política Exterior e Defesa Nacional do Senado da Colômbia.

Dando início à sessão, a Presidenta do grupo fez uma exposição geral do tema e explicou as regras que seriam seguidas na reunião, logo, concedeu a palavra ao Doutor Sandro Calvani, especialista no tema e representante do escritório das Nações Unidas contra a Droga e o Delito (UNODC).

O Dr. Calvani se referiu ao tema das recentes tendências da problemática das Drogas ilícitas na América e ao relatório mundial sobre drogas de 2006, que mostra uma população de aproximadamente 200 milhões de pessoas que têm consumido drogas durante o último ano, representando um incremento de 15 milhões de pessoas em relação ao ano anterior.

1. No caso do ópio e da heroína, os cultivos sofreram uma diminuição das áreas de plantio. Na América Latina essa redução foi significativa, graças à ação de governos como o da Colômbia e do México. Da mesma forma, houve uma diminuição no seu comércio de 7% para 4% nos envios dirigidos aos Estados Unidos.
2. No tocante à coca, as áreas de plantio têm diminuído na Colômbia, porém, não ocorreu o mesmo no Peru e na Bolívia. A produção de cocaína tem se mantido estável e o tráfico tem sido combatido, especialmente pela Colômbia que registra o maior número de apreensões.
3. Quanto à produção de estimulantes de tipo anfetamínico (ATS), a maioria do êxtase continua sendo fabricado na Europa e sua produção tem se estabilizado devido às leis de cooperação. O tráfico destes estimulantes tem sido fortemente combatido, chegando

a um número importante de toneladas apreendidas. Porém, cerca de 25 milhões de pessoas no mundo continuam consumindo esta classe de estimulantes.

4. No referente ao cannabis ou maconha, é a droga que mais se produz, trafica e consome no mundo. A tendência no mundo é de crescimento do consumo, assim como também do tráfico.

O desenvolvimento alternativo é definido como uma estratégia de fiscalização que tem como objetivo reduzir ou eliminar a oferta de drogas derivadas de plantas cultivadas ilícitamente.

Na Colômbia, no Peru e na Bolívia, os governos adotaram medidas quanto ao desenvolvimento alternativo, utilizando seus próprios recursos, melhorando e gerando – cada vez mais – as condições de investimento nas zonas de cultivos ilícitos.

DEBATES:

Durante as sessões de trabalho, os parlamentares participaram ativamente no debate, trocando diferentes idéias. Os temas debatidos foram os seguintes:

I. Drogas Legais: tabaco e álcool

Com relação a este tema, indicou-se que vários países têm implementado restrições ao consumo destas substâncias, especialmente quanto ao consumo de tabaco em lugares públicos e ao consumo de álcool por menores.

Da mesma forma, comentou-se que o consumo destas drogas tem uma forte sanção social. Também foi comentado que existe uma correlação entre o uso de drogas lícitas e ilícitas e a criminalidade e uma correlação entre o consumo de drogas e o HIV/AIDS.

II. Drogas Ilegais: cannabis, cocaína, heroína e opiáceas e estimulantes anfetamínicos

Ao iniciar-se a discussão deste tema, alguns países manifestam que os recursos devem ser gastos na prevenção contra o consumo da droga. Isto faz muito sentido, pois dentro da estratégia antidrogas hemisférica considera-se a demanda como uma força que impulsiona a produção e o tráfico de drogas. Para isto, programas educativos a nível escolar, familiar, comunitário, penal, de gênero, crianças e população étnica desprotegida – entre outros – devem ser implementados.

1. Econômicos

a. Desenvolvimento econômico dos países em desenvolvimento

Estabeleceu-se que existe uma correlação entre o subdesenvolvimento econômico dos países e o potencial da proliferação das drogas ilícitas, e a vulnerabilidade dos países quando se trata de corrupção e de tornar-se lugar de transbordo.

Tudo isto gera a necessidade de voltar a analisar o atual modelo econômico em nível internacional, o qual retarda o crescimento econômico dos países. Há necessidade de suporte em nível de comércio internacional. São necessários acordos comerciais que fomentem o desenvolvimento econômico, como o acesso a mercados para os produtos dos países em

desenvolvimento, preços justos, e regras ou normas de comércio que considerem as realidades de cada país.

Foi colocado que em alguns países, o campo tem sido atingido por dificuldades de exportação de seus produtos para os mercados internacionais. Solicita-se que este modelo seja modificado, para que o setor rural dos países em desenvolvimento das Américas não seja atingido.

Manifesta-se a necessidade de fortalecer a infra-estrutura dos países produtores, de modo que o campo não possa ser aproveitado pelos narcotraficantes para sua produção. Para este caso, propôs-se que os países desenvolvidos destinem alguns recursos para ajudar aos países produtores.

Na reunião se propõe que os subsídios agropecuários dos países consumidores sejam destinados para os agricultores rurais dos países produtores.

b. Produção Alternativa

A produção alternativa se apresenta como um desafio, porém, não como uma solução na erradicação por completo dos cultivos ilícitos; é por isto que existe a necessidade de um esforço conjunto e continental, com a finalidade de promover os cultivos alternativos em zonas afetadas pelo narcotráfico.

i. Estratégia de substituição de cultivos: subsídios

Deve-se tender à consecução de certificados, selos e etiquetas que facilitem o acesso aos mercados internacionais.

2. Sociais e educação

a. Programas educativos a jovens para evitar o consumo: programa educativo decidido internacionalmente nas Américas

Quanto a isto, solicita-se um compromisso hemisférico para apoiar as reformas educativas necessárias para evitar o consumo de drogas, como foi explicado no caso da Holanda.

b. Programas nos meios de comunicação com recursos de bens apreendidos

A criação de programas de redistribuição dos bens apreendidos é uma prioridade a nível continental pois é uma fonte de financiamento de programas de luta contra o narcotráfico e programas de desenvolvimento social.

3. Legais e de Segurança

a. Tribunal Internacional contra a Droga

Como um mecanismo eficiente que fortaleça a luta interamericana contra as drogas, um tribunal interamericano é considerado - pelo grupo de trabalho - um mecanismo importante.

b. Legislação Continental contra a Droga

i. Legislação contra a lavagem de ativos

Manifesta-se a necessidade de fortalecer a legislação internacional para controlar o fluxo de ativos a través do sistema financeiro, além de aumentar as penas e os resultados policiais neste âmbito.

ii. Legislação de interdição

Faz-se necessário fortalecer programas internacionais de interdição contra o narcotráfico através dos organismos competentes dos países, seja com os instrumentos da Organização dos Estados Americanos (OEA) ou com um instrumento novo.

c. Luta contra a corrupção

Existe um forte vínculo entre o tráfico de drogas e a corrupção, portanto deve haver um maior controle desta última em toda a América.

d. Apoio internacional na interdição (transbordo)

Diante deste tema, os países que se consideram como trânsito dos traficantes de droga, manifestam sua necessidade de receber apoio por parte dos países mais desenvolvidos para realizarem a interdição.

e. Cooperação judicial e intercâmbio de informação na luta contra o delito.

Conclusões

O desenvolvimento alternativo como estratégia requer para sua eficácia que os estados garantam sua presença e condições de segurança nas zonas de implementação.

Os países afetados por grandes zonas de cultivos ilícitos devem consolidar suas políticas nacionais e realizar as mudanças necessárias, para facilitar e permitir a aplicação de programas alternativos, com a finalidade de reduzir as dimensões do problema e atenuar seu impacto na economia. Estas reformas deverão gerar um melhor panorama de investimento e comercialização dos produtos agrícolas provenientes das zonas de desenvolvimento alternativo.

Os programas de desenvolvimento alternativo não conseguirão seus objetivos sem o apoio ativo e efetivo das autoridades locais, nacionais e da comunidade internacional, razão pela qual, é necessário envolvê-las para que participem de forma coordenada e que ajudem no desenvolvimento de políticas sociais e econômicas, que permitam o acesso aos mercados dos produtos e serviços, de produtos provenientes de zonas de desenvolvimento alternativo.

RECOMENDAÇÕES

Adotadas pela Assembléia Plenária do FIPA em 21 de novembro de 2006

ECONÔMICAS:

1. Incentiva-se os parlamentares para que trabalhem ativamente em seus próprios países e no cenário internacional, para promover acordos multilaterais de comércio, que visem uma mudança na ordem econômica.

2. Os países devem trabalhar internamente para obter o financiamento e os recursos necessários para estabelecer programas de substituição de cultivos e de fomento de empregos, os quais permitirão diminuir as desigualdades sociais nas nações.
3. Para aumentar as possibilidades de sucesso da substituição de cultivos nestes programas, devem ser incluídos aspectos de capacitação, segurança alimentar, transporte e acesso a mercados, com o objetivo de evitar a reincidência.

SOCIAIS:

4. Tendo em conta que a demanda é uma força poderosa que impulsiona a produção, fato que é reconhecido na estratégia hemisférica da luta contra as drogas, recomenda-se que sejam elaborados programas educativos a nível escolar, familiar, comunitário, de gênero, étnico e para os menores, nos quais se estabeleçam novos valores que evitem o consumo de drogas.
5. Assim mesmo, recomenda-se aos meios de comunicação ter cuidado no uso de imagens que criam ícones falsos e fomentam a violência e o consumo de entorpecentes. Por conseguinte, incentiva-se a responsabilidade dos meios e sua participação ativa na luta contra o tráfico de drogas e a criação de condições que não estimulem violência e abuso de substâncias alucinógenas.
6. Recomenda-se a convocatória de um fórum internacional, para tratar o papel dos meios na formação de valores que facilitem a luta contra as drogas.
7. Recomenda-se que os parlamentares procurem reformar o sistema educativo, para fortalecer o ensino de valores e o não uso destas substâncias nocivas.
8. Deve haver uma maior participação dos parlamentares na discussão de valores sociais e procurar a promoção efetiva do Dia Internacional contra o Abuso e o Tráfico Ilícito de Droga.

LEGAIS E DE SEGURANÇA:

9. Os parlamentares devem fomentar e procurar que os países atualizem suas legislações penais, procurando a harmonização destas normas conforme se tentou na América Latina no fim do século passado. Nesta legislação-padrão, devem ser criminalizadas atividades como: o tráfico ilícito de drogas, a lavagem de ativos, a corrupção e o transporte e transbordo de drogas ilícitas. Para os casos de consumo, recomendamos com firmeza que deve existir uma pena gradual.
10. Os parlamentares promoverão e procurarão que seja convocada uma reunião em vínculo com a OEA e a Organização das Nações Unidas, onde se discuta a criação de um Tribunal Interamericano e Internacional contra as Drogas, assim como uma entidade com funções de interdição.
11. Propõe-se procurar um fortalecimento e um maior apoio internacional para os países que devem enfrentar as drogas, a lavagem de ativos, a corrupção e o transbordo destas substâncias.
12. Recomenda-se aos parlamentos membros do FIPA impulsionar em seus países o plano de luta contra as drogas das Nações Unidas.

Sandra Husbands
Senadora de Barbados
Presidente do Grupo de trabalho No. 3

Felipe Ortiz
Relator

PARTICIPANTES

Canadá	Senador Marcel Prud'homme Deputado Larry Miller
Chile	Deputado Carlos Olivares
El Salvador	Deputado Carlos Alfredo Castañeda Magaña
Equador	Deputada Myriam Peralta Solorzano
Haiti	Deputado Ronald Larêche
México	Senador Rene Arce Islas Senador Francisco Berganza Senador Ricardo García Cervantes Deputada Beatriz Pages Rebollar Deputada Ruth Zavaleta
Trinidad e Tobago	Senadora Dana Seetahal Deputado Stanford Callender

6.7 Anexo 7 – Recomendação do Grupo de Mulheres Parlamentares das Américas

IV Reunião do Grupo de Mulheres Parlamentares das Américas

20 e 21 de novembro de 2006

Recomendação em virtude da implementação do plano de trabalho 2007-2008 do Grupo de Mulheres Parlamentares das Américas

Adotada pela Assembléia Plenária do FIPA o 21 de novembro de 2006

CONSIDERANDO os objetivos do Plano de Ação 2005-2007 do Grupo das Mulheres Parlamentares das Américas, adotado pelo Comitê Executivo a partir das recomendações feitas durante a terceira reunião do Grupo de Mulheres Parlamentares em Brasília, no âmbito da 4ª Assembléia Plenária do FIPA.

A Assembléia Plenária do FIPA recomenda que:

1. O Grupo das Mulheres Parlamentares, graças à orientação dada por sua presidente e com o apoio da Secretaria Técnica do FIPA, implemente no ano 2007-2008 o plano de trabalho contido no Anexo 1

Céline Hervieux-Payette

Senadora do Canadá

Cecilia López Montaña

Senadora da Colômbia

Co-presidentes, IV Reunião do Grupo de Mulheres Parlamentares das Américas

PARTICIPANTES

Antígua e Barbuda	Senadora Gail Christian
Barbados	Senadora Sandra Husbands
Bolívia	Deputada Elsa María Guevara Aguirre
Canadá	Senadora Nancy Ruth
Colômbia	Senadora Nancy Patricia Gutiérrez Castañeda
	Senadora Marta Lucía Ramírez de Rincón
	Senadora Gloria Inés Ramírez Rios
Equador	Deputada Myriam Peralta Solorzano
Granada	Senadora Ingrid Rush
Haiti	Deputada Marie Jossie Étienne

Relatório
V Assembléia Plenária
Bogotá, Colômbia, 19 a 21 de novembro de 2006
FIPA/PA/2006/REP/p/rev.1

México	Senadora Gabriela Aguilar García Deputada Margarita Arenas Guzman
Suriname	Deputada Socila Angoelal
Uruguai	Senadora Susana Elida Dalmás Garcen

Anexo 1 : Plano de trabalho 2007-2008

No intuito de desenvolver os temas apresentados no Plano de Ação 2005-2007 do Grupo de Mulheres Parlamentares das Américas, a Secretaria do FIPA, em consulta com o Comitê Executivo, elaborou cinco projetos potenciais que o Grupo de Mulheres Parlamentares levará adiante no período 2007-2008 com o respaldo da Secretaria do FIPA.

Os quatro primeiros projetos, inspirados em dois dos quatro temas que foram identificados no Plano de Ação 2005-2007, a saber: *fomentar a participação de mulheres na política através do compromisso e da educação e capacitar parlamentares – homens e mulheres - na implementação de convênios internacionais de direitos humanos, com ênfase especial nas questões de gênero*. O quinto projeto fundamenta-se num novo tema, identificado pelo Grupo de Mulheres Parlamentares durante a V Assembléia Plenária do FIPA, a saber: *Medidas para obter igualdade democrática de gênero*.

1) Partilhar experiências e assessoria através do Grupo de Trabalho online

Tema 1 do Plano de Ação 2005-2007: Fomentar a participação de mulheres na política, através do compromisso e da educação

No intuito de reunir entre as mulheres parlamentares material que sirva de inspiração e possa ser compartilhado com as líderes da nossa região e na intenção de criar laços mais sólidos entre as mulheres membros do Grupo de Mulheres Parlamentares, a Secretaria do FIPA propõe convidar as mulheres parlamentares das Américas a apresentar um documento de uma página sobre temas que possam ser usados para inspirar, incentivar e ajudar as mulheres a se envolver em política.

O material apresentado deverá ser distribuído entre os demais integrantes do Grupo de Trabalho Online de Mulheres Parlamentares, fortalecendo assim os laços entre as integrantes do grupo.

A Secretaria do FIPA se comprometerá a reunir todas as apresentações e elaborar documentos em inglês, francês, português e espanhol que seriam publicados na página Internet do FIPA e no Parlamento Virtual, assim como num número de *ParlAméricas*, o Boletim do FIPA, e seriam distribuídos a grupos da sociedade civil e ao público em geral de toda a região, com o objetivo de atingir o maior número possível de mulheres líderes. A Secretaria também procurará novos métodos para partilhar a informação com ferramentas de tecnologia de comunicação da informação tais como *blogs* e *chats*.

Alguns temas possíveis poderiam ser (indicar com um círculo a sua preferência):

- a) Histórias que sirvam de inspiração: como cheguei a ser uma parlamentar?
- b) Guia para principiantes: três conselhos que daria a uma mulher que está pensando em entrar para a política.
- c) Por que valeu a pena? O que eu consegui com isso?
- d) Outros _____

2) Projeto de extensão no marco da Semana Internacional da Mulher – Entrar em contato com mulheres líderes

Tema 1 do Plano de Ação 2005-2007: Fomentar a participação de mulheres na política, através do compromisso e da educação

Simultaneamente à Semana Internacional da Mulher (1ª semana de março), a Secretaria do FIPA propõe trabalhar com mulheres parlamentares das Américas para coordenar programas de extensão destinados a fomentar a participação das mulheres em política através do compromisso e da educação. As parlamentares envolvidas no projeto poderiam participar em um ou dois projetos de extensão sobre compromisso e educação. Exemplos das atividades poderiam ser:

1. As parlamentares participantes identificarão mulheres que desempenhem um papel ativo nas suas comunidades e que tenham um interesse potencial na política e convidarão entre um e três líderes a trabalhar com elas por um dia em seus escritórios, comissões, sessões e parlamentos de modo a expô-las às realidades da vida parlamentar, estabelecer conexões entre mulheres parlamentares e líderes da comunidade e promover a entrada de mais mulheres no mundo da política.
2. As mulheres parlamentares que participem também podem organizar visitas a instituições de ensino, grupos comunitários, organizações de mulheres etc na sua área para falar com outras mulheres sobre suas experiências como mulheres no parlamento e sobre como participar na política.

No intuito de dar valor agregado a este projeto, a Secretaria do FIPA realizará as seguintes tarefas: coordenará e documentará projetos que estão sendo implantados nas Américas; dará apoio, com inclusão de material de promoção e informação que será distribuído entre as participantes com relação às mulheres na política; e dará assistência às mulheres parlamentares que trabalham na sensibilização do público em geral através da mídia:

- Trabalhará para dar cobertura de mídia para toda a região sobre o trabalho das mulheres na política.
- Dará assistência às parlamentares participantes na redação de comunicados de imprensa para sua participação individual.
- Distribuirá informação sobre o projeto para os parlamentos, grupos da sociedade civil, assim como instituições acadêmicas e governamentais em todo o continente americano mediante um número do boletim *ParlAméricas* dedicado às mulheres nos Parlamentos da região.

3) Programa de madrinhas

Tema 1 do Plano de Ação 2005-2007: Fomentar a participação de mulheres na política, através do compromisso e da educação

Inspirada na missão no Haiti realizada pelo Grupo de Mulheres Parlamentares do FIPA, na qual parlamentares da América do Norte, América do Sul e Caribe se reuniram com mulheres haitianas interessadas em trabalhar em política, a Secretaria propõe criar uma lista de parlamentares com experiência e interessadas em trabalhar como madrinhas voluntárias para:

- a) mulheres eleitas pela primeira vez para aceder ao parlamento
- b) líderes interessadas em entrar para a política

A lista seria publicada no site Internet do FIPA e seria distribuída aos parlamentos e/ou grupos da sociedade civil, instituições acadêmicas e organismos governamentais de todo o continente americano e as mulheres interessadas seriam convidadas a entrar em contato com a Secretaria para que esta última indique uma madrinha.

4) *Workshop* sobre a implantação da CEDAW (Acordo das Nações Unidas para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher)

Tema 2 do Plano de Ação 2005-2007: Capacitar parlamentares - homens e mulheres – na implementação de acordos internacionais de direitos humanos com ênfase especial nas questões de gênero

No intuito de dar assistência às parlamentares na implementação dos acordos internacionais de direitos humanos relativos à questão da igualdade de gênero, a Secretaria do FIPA propõe colaborar com um parlamento anfitrião e diferentes organizações tais como o Instituto do Banco Mundial, o Centro Parlamentar, o Banco Interamericano de Desenvolvimento, a Organização dos Estados Americanos e outras na organização de um *workshop* de alcance regional cujo enfoque seria o de desenvolver a base de conhecimento das parlamentares e dos parlamentares sobre o atual acordo internacional e melhorar a sua capacidade de implementação de acordos pertinentes dentro dos seus próprios parlamentos.

O *workshop* daria a oportunidade a homens e mulheres parlamentares interessados/interessadas na aplicação dos acordos internacionais de direitos humanos de trabalhar em rede com organizações que estejam familiarizadas com o acordo, como também com seus colegas de toda a região, e compartilhar com eles as melhores práticas e lições aprendidas.

A Secretaria do FIPA valorizará o projeto ao garantir que a informação relativa aos atuais acordos esteja disponível através do Parlamento Virtual, e que se aproveite a plena capacidade do Grupo de Trabalho online de Mulheres Parlamentares para distribuir informação relativa aos acordos internacionais de direitos humanos e estabelecer o contato entre parlamentares homens e mulheres que estejam interessados/interessadas no tema.

5) *Workshop* na Bolívia sobre os avanços realizados nesse país em matéria de igualdade de gênero

Novo tema: Medidas para conseguir a igualdade democrática de gênero

No intuito de saber mais sobre os avanços realizados na Bolívia em matéria de igualdade de gênero e no intuito de ampliar a base de conhecimento das mulheres parlamentares sobre os métodos para conseguir a igualdade democrática de gênero, a presidenta do Grupo de Mulheres Parlamentares propõe organizar um *workshop* na Bolívia, para o qual convida as parlamentares de toda a região para a análise dessa questão.

6.8 Anexo 8 : Recomendação e resolução apresentadas pelo Comitê Executivo

6.8.1 Resolução 10: Criação de um grupo de trabalho conjunto entre o FIPA e a COPA

FIPA/PA/2006/RES.10

Adotada pela Assembléia Plenária do FIPA em 21 de novembro de 2006

CONSIDERANDO a recomendação do Comitê Executivo do Fórum Interparlamentar das Américas (FIPA), reunido em sessão extraordinária com os representantes da Confederação Parlamentar das Américas (COPA) em 21 de novembro em Bogotá, Colômbia,

A ASSEMBLÉIA PLENÁRIA DECIDE

1. Formar, conjuntamente com a COPA, um grupo de trabalho tendo por mandato examinar a possibilidade de reunir as forças do FIPA e da COPA, principalmente para:
 - trocar informações;
 - examinar as estruturas mais apropriadas em vista de uma integração possível das duas organizações;
 - propor um plano de ação para tanto;
 - solicitar convites para assistir às respectivas atividades das duas organizações no próximo ano.

2. Encarregar o grupo de trabalho para fazer o relatório à Assembléia Plenária em sua próxima reunião.

6.8.2 *Recomendação 1: Apoio à convenção da UNESCO sobre a diversidade das expressões culturais*

FIPA/PA/2006/REC.1

Adotada pela Assembléia Plenária do FIPA em 21 de novembro de 2006

CONSIDERANDO, tal como foi exposto na declaração dos chefes de Estados e Governos das Américas durante a terceira Cúpula das Américas e foi reiterado pelos Ministros e altos funcionários das Américas encarregados da Cultura, durante sua terceira reunião, realizada em Montreal de 13 a 15 de novembro de 2006, que a diversidade cultural é uma fonte de riqueza para nossas sociedades e que o respeito e a valoração desta diversidade devem ser um fator de coesão que fortaleça o tecido social e o desenvolvimento de nossas nações.

RECONHECENDO que a proteção e a promoção da diversidade cultural constituem uma prioridade regional e que o apoio do poder é fundamental para elas;

TENDO EM CONTA a recomendação do Comitê Executivo do FIPA, reunido em sessão extraordinária no dia 19 de novembro em Bogotá, Colômbia;

A ASSEMBLÉIA PLENÁRIA RECOMENDA:

1. Solicitar às assembleias legislativas nacionais das Américas, tomarem as medidas, segundo as normas vigentes em seus Estados respectivos, para que seu Estado se torne parte, o quanto antes, da Convenção sobre a proteção e a promoção da diversidade das expressões culturais adotada pela UNESCO em outubro de 2005;
2. Solicitar aos governos das Américas, a adoção de políticas que implementem a Convenção sobre a proteção e a promoção da diversidade das expressões culturais da UNESCO.

6.9 Anexo 9 : Regulamentos do FIPA atualizados em 21 de novembro de 2006

O Fórum Interparlamentar das Américas (FIPA) é regido pelas regras e procedimentos estabelecidos nestes Regulamentos.

Capítulo I: Natureza e objetivos

1. Natureza

O Fórum Interparlamentar das Américas (FIPA) é uma rede independente composta de legislaturas nacionais dos Estados membros da Organização dos Estados Americanos (OEA) que visa promover a participação parlamentar no sistema interamericano e contribuir com o diálogo interparlamentar para tratar das questões na pauta hemisférica, conforme a Resolução 1673/99 da Assembléia Geral da OEA.

Ao cumprir seu papel, o FIPA apóia os princípios descritos na Carta Democrática Interamericana.

2. Objetivos

O Fórum Interparlamentar das Américas tem os seguintes objetivos:

- a) Contribuir para o desenvolvimento do diálogo interparlamentar ao lidar com questões na pauta hemisférica.
- b) Aumentar o compartilhamento de experiências, o diálogo e a cooperação interparlamentar em questões de interesse comum aos Estados membros.
- c) Ajudar a fortalecer o papel do ramo legislativo na democracia e na promoção e na defesa da democracia e dos direitos humanos.
- d) Promover a harmonização das legislações e a elaboração de legislações entre os Estados membros.
- e) Contribuir com o processo de integração como um dos instrumentos mais importantes para o desenvolvimento sustentável e harmonioso no hemisfério.

Capítulo II: Composição

3. Membros

- a) O FIPA comporta as legislaturas nacionais dos Estados membros da OEA.

4. Observadores

- a) As legislaturas nacionais nos Estados com categoria de observadores credenciados da OEA serão consideradas como Observadoras Permanentes do FIPA. Os Estados observadores também poderão ser convidados a participar das Reuniões Plenárias do FIPA.
- b) Os parlamentos subregionais e especiais no hemisfério poderão ser considerados como Observadores Especiais junto ao FIPA. Os observadores especiais também poderão ser convidados a participar das Reuniões Plenárias do FIPA.
- c) A Assembléia Plenária pode conferir, sob solicitação, categoria de observador especial a parlamentos ou congressos em outros hemisférios, bem como a agências internacionais cujos objetivos e princípios sejam coerentes com os do FIPA.

Capítulo III: Órgãos

O Fórum Interparlamentar das Américas consistirá de quatro órgãos: uma Assembléia Plenária, um Comitê Executivo, um Secretariado Técnico e grupos de trabalho, incluindo o Grupo de Mulheres Parlamentares das Américas

5. Assembléia Plenária

A Assembléia Plenária é a entidade mais alta do FIPA, composta pelas delegações aprovadas pelos corpos legislativos membros do FIPA.

5.1 Funções

- a) A Assembléia Plenária elegerá o Presidente do FIPA na Reunião Plenária, para representar o FIPA e atuar como Presidente do Comitê Executivo. O Presidente deverá ser eleito por um período de dois anos e pode ser reeleito apenas uma vez.

- b) A Assembléia Plenária estabelecerá os grupos de trabalho com base em recomendação do Comitê Executivo para examinar assuntos específicos ou executar tarefas ou projetos específicos.
- c) A Assembléia Plenária emitirá recomendações e resoluções. As primeiras serão pronunciamentos sobre temas políticos ou de interesse geral, e as outras se referirão a ações institucionais. Tais recomendações e resoluções serão submetidas à Assembléia Plenária como propostas do Comitê Executivo, dos grupos de trabalho ou dos delegados.
- d) A Assembléia Plenária deverá informar suas recomendações e resoluções à Assembléia Geral da OEA, às cúpulas presidenciais das Américas, aos corpos legisladores membros do FIPA e a outros órgãos que a Assembléia Plenária decidir informar.

5.2 Reuniões

- a) A Assembléia Plenária se reunirá todos os anos.
- b) A Assembléia Plenária deverá determinar qual o parlamento que sediará a próxima Reunião Plenária, baseada nos convites recebidos.
- c) Delegações serão compostas de representantes das legislaturas nacionais dos Estados membros da OEA; serão selecionadas pelo parlamento ou congresso nacional credenciado; terão até 12 (doze) membros do parlamento / congresso (isto não se aplica ao parlamento anfitrião); e, na medida do possível, as delegações devem representar partidos políticos / grupos diversos em cada legislatura participante, devem ter representantes de ambas as câmaras, em legislaturas com duas câmaras, e devem contar com participação feminina.
- d) O Presidente da Reunião Plenária deverá ser um membro do parlamento anfitrião e será eleito pela Assembléia Plenária.
- e) Em consulta ao Comitê Executivo e com o apoio do Secretariado Técnico, o parlamento do país anfitrião tomará as providências necessárias para a reunião.
- f) O parlamento anfitrião arcará com os custos da organização da Reunião Plenária.
- g) A pauta da Reunião Plenária deverá ser aprovada pela Assembléia Plenária, com base em recomendação do Comitê Executivo.
- h) Os parlamentos membros serão responsáveis pelas despesas incorridas para participar do evento.

6. Comitê Executivo

O Comitê Executivo deverá ser responsável por executar as atividades a ele confiadas pela Assembléia Plenária do FIPA. O Comitê Executivo poderá solicitar o apoio do Secretariado Técnico e de outras organizações ao tratar de temas que estejam incluídos na agenda do FIPA.

6.1 Composição

- a) Os representantes do Comitê Executivo deverão ser membros ativos dos seus respectivos parlamentos nacionais, mas não deverão ser, simultaneamente, membros do Conselho de Ministros no poder legislativo dos seus países.
- b) Esta deverá ser a composição do Comitê Executivo:
 - *Presidente do FIPA*
 - *Dois representantes de cada uma das sub-regiões descritas em 6.1g)*
 - *Um representante do país anfitrião da próxima Reunião Plenária*
 - *Presidente do Grupo de Mulheres Parlamentares das Américas*
 - *Último ex-presidente do FIPA.*
- c) Se o Presidente resignar, falecer ou desqualificar-se para ocupar o cargo por deixar de ser um membro do parlamento, ou for nomeado para a pasta de ministro no Poder Executivo de seu Estado, o Comitê Executivo deverá eleger um de seus membros como Presidente interino até a próxima Assembléia Plenária.
- d) A legislatura nacional de cada país eleito membro do Comitê Executivo deverá notificar o nome de seu delegado parlamentar ao Comitê Executivo em comunicação escrita dirigida ao Presidente no prazo de 30 dias a partir da eleição do país para o Comitê Executivo. Esse delegado integrará o Comitê Executivo, com sujeição ao parágrafo (e), durante a totalidade do período.
- e) Se qualquer membro do Comitê Executivo não mais puder cumprir suas obrigações por ter resignado, falecido ou deixado de ser membro do parlamento, legislatura ou congresso do seu país, ou por ter sido nomeado ministro junto ao Poder Executivo de seu Estado, a legislatura nacional à qual tal membro pertence deverá nomear um membro alternativo para servir o período restante do mandato até a próxima Reunião Plenária.
- f) Os países membros do Comitê Executivo podem ser reeleitos.
- g) A fim de assegurar equilíbrio na representação regional, o hemisfério deverá ser dividido nas seguintes sub-regiões:
 - *América do Norte: Canadá, Estados Unidos e México.*

- *América Central:* Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicarágua, Panamá e República Dominicana.
 - *Caribe:* Antígua e Barbuda, Bahamas, Barbados, Belize, Cuba, Dominica, Granada, Guiana, Haiti, Jamaica, Santa Lúcia, São Cristóvão e Névis, São Vicente e Granadinas, Suriname, e Trinidad e Tobago.
 - *América do Sul:* Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela.
- h) Cada sub-região deverá ter autonomia para decidir sobre o método de sua escolha para selecionar os países membros que a representarão no Comitê Executivo.
- i) Cada membro do Comitê Executivo deverá servir por um período de dois anos, sob as seguintes condições:
- Um dos dois países membros que representam uma sub-região no Comitê estará qualificado para reeleição a cada ano na Reunião Plenária.
 - O mandato de um membro do Comitê Executivo que representa o país anfitrião da Reunião Plenária deverá transcorrer a partir do mês posterior à reunião anual prévia até o mês do ano no qual a Reunião Plenária é realizada em tal país.

6.2 Funções

- a) O Comitê Executivo deve submeter recomendações à Assembléia Plenária referentes aos itens da agenda hemisférica ou referentes à política administrativa do FIPA.
- b) O Comitê Executivo deverá coordenar, junto com o país anfitrião da Reunião Plenária e o Secretariado Técnico, a pauta preliminar e o cronograma da Reunião Plenária para discutir e lidar com os assuntos considerados necessários para a reunião.
- c) O Comitê Executivo deverá aconselhar o país anfitrião da Reunião Plenária sobre os assuntos considerados importantes para a reunião.
- d) O Comitê Executivo deverá aceitar solicitações de qualquer legislatura ou agência internacional para participar como observadores especiais no FIPA, e deverá fazer recomendações sobre tais solicitações na próxima Assembléia Plenária.
- e) O Comitê Executivo deverá monitorar a implementação das recomendações da Assembléia Plenária, com o apoio do Secretariado Técnico e das legislaturas membros.

- f) Quando a Assembléia Plenária não estiver em sessão, o Comitê Executivo poderá fazer declarações sobre qualquer questão ou situação de interesse hemisférico que considerar urgente.

6.3 Reuniões

- a) As reuniões do Comitê Executivo deverão ser presididas pelo Presidente do FIPA.
- b) O Comitê Executivo deve se reunir no mínimo uma vez por ano.
- c) O parlamento anfitrião deverá arcar com os custos de organização da reunião.

7. Secretariado Técnico

7.1 Funções

O Secretariado Técnico deverá ter as seguintes funções:

- a) Fornecer assistência técnica ao Presidente do FIPA, ao Comitê Executivo e a outros membros do FIPA na implementação das recomendações da Assembléia Plenária.
- b) Colaborar com os grupos de trabalho para preparar documentos, conduzir pesquisas e buscar a realização de outros assuntos sobre os quais deve relatar.
- c) Apresentar anualmente um relatório ao Comitê Executivo sobre o trabalho e as atividades concluídas durante o ano. Este relatório será encaminhado à Assembléia Plenária para aprovação.
- d) Coordenar a organização e a realização da Reunião Plenária com o Comitê Executivo e o país anfitrião.
- e) Servir como secretariado das Reuniões Plenárias.
- f) Anotar e registrar as atas e os documentos de processo oriundos da Assembléia Plenária, do Comitê Executivo e dos grupos de trabalho.
- g) Administrar e atualizar o Web site do FIPA.
- h) Servir como a memória institucional do FIPA.
- i) Conduzir, a pedido das legislaturas nacionais e com a aprovação do Comitê Executivo, estudos e projetos comparativos de harmonização legislativa.
- j) Manter as legislaturas nacionais informadas sobre o status da ratificação de tratados e acordos internacionais.
- k) Implementar e coordenar uma rede interparlamentar.

- l) Informar o Conselho Permanente da OEA sobre as atividades do FIPA.

7.2 Pessoal do Secretariado

- a) A fim de executar estas funções, o Secretariado Técnico deverá ser composto de um Secretário Executivo, que deverá atuar como secretário do Comitê Executivo, e outros integrantes, conforme apropriado.
- b) O Secretário Executivo deverá ser nomeado pelo Comitê Executivo com base em recomendação do Presidente do FIPA. O Secretário Executivo deverá ser responsável pela nomeação dos demais integrantes do Secretariado, com a aprovação do Presidente do FIPA.

8. Grupos de Trabalho

- a) Os grupos de trabalho deverão ser estabelecidos pela Assembléia Plenária com base em recomendação do Comitê Executivo para examinar assuntos específicos ou executar tarefas ou projetos específicos.
- b) Tais grupos, quando em sessão, determinarão suas próprias prioridades. Após conclusão de suas deliberações, eles deverão apresentar relatórios à Assembléia Plenária.
- c) Os relatórios dos grupos de trabalho podem ser apresentados à Reunião Plenária oralmente ou por escrito.
- d) Os Grupos de Trabalho que se reunirem fora das datas de realização da Reunião Plenária poderão fazê-lo por meio de teleconferência, pela Internet ou por qualquer outro meio eletrônico.

9. Grupo das Mulheres Parlamentares das Américas

O Grupo das Mulheres Parlamentares das Américas é um grupo de trabalho permanente do FIPA.

9.1 Funções

- a) Fortalecer a liderança das mulheres políticas por meio de medidas contínuas de intercâmbio regional.
- b) Promover a criação de condições para oportunidades iguais, priorizando a luta contra a pobreza e a eliminação da discriminação no trabalho.
- c) Fortalecer a democracia nos países das Américas visando assegurar o respeito pelos direitos humanos e condições que promovam o desenvolvimento social igualitário e sustentável.

- d) Promover a criação de mecanismos que incentivem a participação das mulheres na política.
- e) Fortalecer a participação ativa por parte das mulheres em todas as reuniões do FIPA, incorporando uma perspectiva de gênero em todos os assuntos analisados pela organização.

9.2 Reuniões

- a) O Grupo das Mulheres Parlamentares das Américas deverá se reunir no mínimo uma vez por ano, concomitantemente à Reunião Plenária; e, enquanto estiver em sessão, deverá estabelecer suas próprias prioridades.
- b) Todos os delegados da Reunião Plenária empenhadas em promover os objetivos do Grupo deverão ter o direito de integrar o Grupo e participar em seus debates.
- c) O Grupo de Mulheres Parlamentares das Américas deverá eleger sua presidenta em reunião realizada concomitantemente à Reunião Plenária, entre as delegadas dos parlamentos membros presentes na reunião. A eleição deverá ser presidida por uma parlamentar membro da legislatura anfitriã. Cada delegação nacional presente na reunião deverá ter direito a dois votos. A Presidenta do Grupo das Mulheres Parlamentares deverá ser eleita por um período de dois anos, com uma oportunidade de reeleição.
- d) A Presidenta do Grupo das Mulheres Parlamentares deverá atuar no Comitê Executivo do FIPA. A Presidenta deve também ser responsável pela implementação do projeto de trabalho do Grupo com o apoio do Secretariado Técnico e dos corpos legislativos membros.

Capítulo IV: Financiamento

10. Financiamento

O orçamento anual para o funcionamento permanente do FIPA será coberto com as cotas ordinárias de cada membro, as contribuições adicionais voluntárias de seus membros, os recursos provenientes da cooperação externa e as doações especiais.

- a) As cotas ordinárias para cada um dos parlamentos membros serão determinadas pelo Comitê Executivo com base nas contribuições de seus respectivos países para a OEA, e serão apresentadas na Assembléia Plenária para aprovação.
- b) Os membros que estiverem aptos para o fazer, poderão efetuar contribuições adicionais voluntárias para o orçamento geral da organização.

- c) O FIPA poderá administrar financiamento não reembolsável diante de organismos internacionais ou agências de cooperação, para complementar as necessidades financeiras de funcionamento ou para a execução de projetos especiais. A Assembléia Plenária será notificada de todos os recursos recebidos por meio deste conceito.
- d) O FIPA poderá administrar e aceitar todo gênero de contribuições e doações públicas ou privadas que não comprometam a liberdade de decisão e ação do Fórum. A Assembléia Plenária será notificada de todos os recursos recebidos por meio deste conceito.

Capítulo V: Procedimentos

11. Procedimentos da Reunião Plenária

- a) O Presidente do FIPA presidirá sobre a eleição do Presidente da Reunião Plenária.
- b) O Presidente da reunião deverá liderar o trabalho, assegurando que as regras sejam observadas. Ele também deverá abrir, adiar e encerrar as sessões, anunciar os resultados e declarar a reunião encerrada.
- c) Se necessário, o Presidente da reunião pode selecionar ou nomear membros alternativos para liderar algumas sessões ou grupos de trabalho durante a Reunião Plenária.
- d) Ao transferir sessões aos representantes participantes, o Presidente da reunião deverá observar os termos destes Regulamentos do FIPA.
- e) A Assembléia Plenária pode aprovar a inclusão de um novo item na agenda se houver apoio da maioria dos votos. Os novos itens na agenda podem incluir minutas de recomendações ou resoluções submetidas pelos delegados para consideração pela Assembléia Plenária. O autor da proposta deve ter dois minutos para apresentá-la verbalmente à Assembléia Plenária.
- f) Qualquer pedido para incluir um novo item na agenda depois da aprovação da agenda deve ser levado ao Comitê Executivo para consideração urgente. O Comitê Executivo deve recomendar a inclusão do item na agenda se considerar o tópico urgente. Neste caso, o autor da proposta deve ter dois minutos para apresentá-la verbalmente à Assembléia Plenária.
- g) As recomendações e resoluções deverão ser aprovadas por voto majoritário simples dos delegados presentes, com exceção das mudanças nos regulamentos, que exigirão a aprovação de dois terços dos votos.

- h) Cada delegação nacional deverá ter dois votos caso uma recomendação ou outro assunto exigir o voto das delegações.
- i) Um delegado participante só terá direito à palavra na reunião com o consentimento do Presidente da Reunião.
- j) Um delegado participante, com o consentimento do Presidente da Reunião Plenária, poderá opinar sobre qualquer assunto na pauta.
- k) Todos os assuntos não abrangidos por estes Regulamentos deverão ser decididos pelo Presidente da Reunião Plenária, atuando conforme as recomendações do Comitê Executivo.

Adotado em 9 de março de 2001, em Ottawa, no Canadá.

Emendado em 14 de março, 2002, em Cidade do México, México.

Emendado em 3 de abril, 2004, em Valparaíso, Chile.

Emendado em 21 de novembro, 2006, em Bogotá, Colômbia.

6.10 Anexo 10 : Composição do Comitê Executivo

Membros do Comitê Executivo do FIPA para 2006-2007

Posição	Nome do delegado parlamentar	Países	Mandato
Presidência	Deputado Luiz Carlos Hauly	Brasil	2006 a 2008
América do Norte	Senador Ricardo García Cervantes	México	2005 a 2007
	Deputado James Bezan	Canadá	2006 a 2008
América central	Deputado Gudy Rivera Estrada	Guatemala	2005 a 2007
	Deputada María Estela de la Cruz	República Dominicana	2006 a 2008
Caribe	Senadora Brenda Hood	Granada	2005 a 2007
	Deputado Stanford Callender	Trinidad eTobago	2006 a 2008
América do Sul	Deputado Iván Moreira Barros	Chile	2005 a 2007
	Senadora Nancy Patricia Gutiérrez Castañeda	Colômbia	2006 a 2008
País anfitrião da Assembléia Plenária	A confirmar	A confirmar	2006 a 2007
Presidência do Grupo das Mulheres Parlamentares das Américas	Senadora Cecilia López Montaño	Colômbia	2006 a 2008
Ex-presidente do FIPA	Senadora Céline Hervieux-Payette	Canadá	2006 à 2008
Secretária : Emmanuelle Pelletier			

6.11 *Discurso da cerimônia de encerramento*

6.11.1 *Discurso da Presidenta do Congresso da República da Colômbia Dilian Francisca Toro Torres*

Original: Espanhol

É uma honra para mim como Presidenta do Congresso da República da Colômbia dar encerramento à Quinta Assembléia Plenária do Fórum Interparlamentar das Américas (FIPA). Durante os últimos anos, o Fórum Interparlamentar se converteu no melhor palco para os congressos das Américas compartilharem iniciativas e experiências em desenvolvimento legislativo, e manterem vivo um permanente diálogo para fortalecer nossas democracias, as relações entre nossos países e lutar unidos contra os flagelos que temos em comum como o terrorismo, a pobreza e a iniquidade social.

Encerra-se hoje a Quinta Assembléia do Fórum Interparlamentar, que pela primeira vez é realizada na Colômbia. Um país que durante muitos anos vem sofrendo, como nenhum outro, com os problemas que sempre estiveram presentes na agenda de trabalho do Fórum. Há mais de quarenta anos vivemos um conflito interno que hoje se degradou, lamentavelmente, em terrorismo. Temos sofrido com o fenômeno do narcotráfico que hoje é uma fonte de financiamento da violência e tem sido um fator nocivo que prejudica o desenvolvimento da nossa economia.

Entretanto, apesar dessas dificuldades, os líderes e o povo colombiano conseguiram preservar as instituições democráticas e manter viva a esperança de sua gente em um futuro melhor.

Como Presidenta do Congresso e em nome de todo o povo da Colômbia, agradeço a todos os parlamentares delegados deste fórum por visitarem um país que, apesar das dificuldades, está comprometido com o respeito às liberdades, o bem-estar social, a busca pela paz, a convivência pacífica e, sobretudo, a livre autodeterminação dos povos.

A AGENDA INTERPARLAMENTAR

Permitam-me fazer uma reflexão sobre alguns dos temas que foram abordados nas mesas de trabalho desta assembléia que termina hoje.

COMÉRCIO E INTEGRAÇÃO

O comércio e a integração são realidades fundamentais para o desenvolvimento dos nossos países. A pergunta que devemos nos fazer é: Qual o papel que os congressos das Américas cumprem para que o comércio e a integração favoreçam as nossas economias?

Primeiro devemos compreender que tanto o comércio quanto a integração não são um fim, porém um caminho. São instrumentos e meios que devem contribuir para fortalecer economias que estimulem a geração de empregos produtivos e o bem-estar social.

Assim sendo, o objetivo dos congressos deve visar à construção e o desenvolvimento legislativo de agendas internas que permitam aos países melhorarem suas condições de competitividade e produtividade.

Os tratados de livre comércio, que concretizam a integração, são como manter um tigre em uma “jaula”. Isto é, um tigre ao qual podemos extrair os dentes, podemos fazer adormecer,

podemos treinar para evitar que nos ataque e nos machuque. Pois bem, a agenda interna que devemos desenvolver em nossos países deve nos permitir dominar o tigre em condições que sejam favoráveis às nossas economias, à nossa competitividade e evidentemente à geração de emprego. O grau de periculosidade do tigre depende de nós.

Seguindo esse raciocínio, e para citar um exemplo, o congresso da República da Colômbia vem trabalhando no projeto de uma agenda interna que, diante do eventual Tratado de Livre Comércio com os Estados Unidos, nos permita competir em condições favoráveis e equitativas com uma das economias mais sólidas da região.

Para que a agenda interna tenha legitimidade e esteja sintonizada com a realidade, o Congresso vem liderando fóruns em todo o país, com o propósito de conhecer as realidades, os pontos fortes e fracos das diferentes atividades produtivas das regiões.

Por isso considero que o compromisso de todos os congressos das Américas é o de abrir as portas de seus setores produtivos para que, sem intermediários, seja estabelecida de forma conjunta uma agenda interna que permita que cada um dos nossos países competir em grau de igualdade e melhorar seu sistema produtivo, para assegurar e garantir que o comércio e a integração sejam o caminho para a geração de emprego e o bem-estar social de nosso povo.

A DIMINUIÇÃO DA POBREZA

Sem dúvida, é para nós, governantes das Américas, um grande desafio superar um dos flagelos que mais afeta as nossas sociedades: a pobreza.

É tamanho o desafio, que ele deverá ser enfrentado por todos os líderes latino-americanos e ser um tema transversal e permanente na agenda do Fórum Interparlamentar. Uso a palavra “transversal” porque não pode haver um tema ou política pública que não tenha como objetivo e finalidade a superação da pobreza. Como já mencionei, o comércio e a integração não têm nenhum sentido se com eles não se derrota a pobreza, por meio da geração de empregos produtivos e do bem-estar social. Uso a palavra “permanente”, porque devemos nos propor tarefas concretas que muitas vezes requerem, não apenas desenvolvimento legislativo, mas também seguimento e supervisão como elementos de uma das funções mais importantes dos congressos contemporâneos: o controle público.

O Fórum Interparlamentar deve iniciar um processo para que cada congresso das Américas crie seu Observatório de Investimento Social com o propósito de entregar aos parlamentares, em cada um dos países, os resultados e a maneira detalhada segundo a qual os governos executam os orçamentos públicos destinados ao investimento social. Os congressos não podem limitar sua função na diminuição da pobreza à elaboração de políticas legislativas e à simples aprovação do orçamento e do investimento público. Devemos ser atuantes no controle desse investimento e exercer o controle político, com vigor e firmeza, quando os governos, na execução orçamentária, não cumprem com os resultados esperados na redução da pobreza.

Como uma das conclusões e uma tarefa concreta desta Quinta Assembléia Plenária do Fórum Interparlamentar, proponho a criação de um Observatório Social em todos os congressos, que permita a todos nós legisladores das Américas fazer um acompanhamento do investimento social em nossos países para comprovar sua eficiência e eficácia na diminuição da pobreza.

MULHERES PARLAMENTARES

No último dia 7 de agosto, tive a honra de ser a primeira mulher na história da Colômbia que, como Presidente do Congresso, deu posse no cargo ao senhor Presidente da República. Por isso, sinto a obrigação moral de me referir, em poucas palavras, à participação da mulher na política e evidentemente a um dos temas desta Quinta Assembléia: a mulher parlamentar.

A pergunta que devemos nos fazer é: Seria útil um aumento da participação feminina na política? Ao que respondo sem dúvida que sim! Não apenas útil como necessário. Acredito que podemos dar nossa contribuição específica em diversos âmbitos; na empresa, no lar, no serviço público. E não se trata apenas de aumentar o número de mulheres nas funções públicas, mas de ocupar novos espaços plenamente.

Não existe um país que possa desenvolver todas suas facetas sem a participação decidida da maioria. Na Colômbia, por exemplo, 52% da população, isto é, a maioria, é composta de mulheres.

Nas Américas, nós mulheres não podemos nos conformar com nada menos do que uma cidadania completa. Teremos dado um passo significativo nesse caminho quando alguns governantes pararem de nos tratar como minorias significativas e ainda assim se considerarem generosos, progressistas e de mentalidade aberta.

A pergunta que devemos nos fazer não é se um número maior de mulheres deveria participar da política, mas se essa tendência que vemos atualmente, e que provoca temas em fóruns como este, é uma tendência irreversível ou uma moda. Porque alguns poderiam ter a fantasia ou a esperança de que isto não é uma tendência, mas um fogo artificial que se acende e apaga. É uma tendência irreversível? Eu acredito que sim. Os países das Américas estão vivendo um processo de transformação cultural que, certamente, nos levará a aceitar esta nova realidade mais cedo ou mais tarde. Não é à toa que Anthony Giddens afirma que “a emancipação da mulher é a grande revolução do século XX”. A plena integração da mulher no terreno da política, da empresa, do âmbito acadêmico ou do mercado de trabalho, é um sinal do consenso que se forjou em torno de um modelo de sociedade cada vez mais igualitário e inclusivo.

Porém o importante neste cenário, prezados parlamentares das Américas, não é que haja mais mulheres na política, mas que haja mais políticas públicas para construir a equidade de gênero. Estou me referindo a políticas destinadas a fechar as brechas de igualdade de oportunidades para a mulher, onde encontramos o verdadeiro rosto da discriminação. O importante não é que essa legislação seja feita por um homem ou uma mulher, o importante é que essas políticas, que são o verdadeiro caminho da ação do Estado, promovam uma sociedade autenticamente igualitária. Para usar uma terminologia médica, poderíamos dizer que este não é um problema de embalagens, mas de xaropes.

O problema não é a quantidade, mas a qualidade das políticas públicas promovidas pelos congressos, através das leis e do controle político. O importante é que as leis e o exercício do controle político tenham sempre como objetivo a promoção de políticas públicas que garantam uma sociedade igualitária. É provável que sejamos uma minoria nos congressos de nossos países; entretanto, o importante é que os congressos não legislem com um critério discriminatório, devido a essa realidade.

Como conseguir que se legisle com um critério de igualdade? Quero compartilhar com os senhores o que fizemos na Colômbia para consegui-lo: instituímos a bancada das mulheres. Uma nova bancada sem considerações partidárias ou ideológicas, cuja responsabilidade tem

sido a de velar, no Congresso, para que todas as políticas que forem promovidas pelas leis e o controle político tenham como objetivo o desenvolvimento e a proteção dos direitos de homens e mulheres de maneira igualitária. Da mesma forma temos insistido para que esta bancada de gênero que instauramos no congresso se torne uma constante para todas as mulheres que fazem parte de instituições públicas.

Convido-as, mulheres parlamentares das Américas, para liderarem, em seus respectivos congressos, a criação de uma bancada de gênero para que a política de nosso continente tenha uma face de igualdade.

Concluo estas palavras renovando a fé na democracia, a fé em nossos congressos e parlamentos que representam a legitimidade de nossos povos, a fé na mulher parlamentar e a fé no futuro do nosso querido continente americano. Bem vindos à Colômbia.

Muito Obrigada.

AGRADECIMENTOS

O Secretariado técnico do FIPA faz questão de agradecer calorosamente o Congresso da República da Colômbia e a senadora Nancy Patricia Gutiérrez Castañeda e sua equipe pela colaboração durante os preparativos e realização da V Assembléia Plenária.

Expressamos também nossos sinceros agradecimentos aos especialistas e conferencistas pelas preciosas contribuições aos trabalhos da V Assembléia Plenária.

* * * * *

O evento foi realizado com o apoio financeiro do governo do Canadá por intermédio da Agência Canadense para o Desenvolvimento Internacional (ACDI).

Foro Interparlamentario de las Américas
Fórum Interparlamentar das Américas



Forum interparlementaire des Amériques
Inter-Parliamentary Forum of the Americas

Secretariado Técnico do FIPA

500 – 165 Sparks St.
Ottawa, Ontario K1P 5B9
Canada

Tel. : + 1 (613) 594-5222
Fax : + 1 (613) 594-4766
info@e-fipa.org

www.e-fipa.org

© 2007